

FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

Dissertação de Mestrado

Protagonismo: Formas de Governo da População Juvenil

Zuleika Köhler Gonzales

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Porto Alegre, março 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

Protagonismo: Formas de Governo da População Juvenil

Dissertação de Mestrado

Zuleika Köhler Gonzales

Prof^a. Dr^a. Neuza Maria de Fátima Guareschi
Orientadora

Porto Alegre, março de 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

Protagonismo: Formas de Governo da População Juvenil

Zuleika Köhler Gonzales

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade.

Prof^ª. Dr^ª. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Orientadora

Porto Alegre, março de 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

Zuleika Köhler Gonzales

Protagonismo: Formas de Governo da População Juvenil

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª.Drª. Neuza Maria de Fátima Guareschi
Presidente

Profª. Drª. Carmem Silveira de Oliveira
Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente

Profª Drª. Rosângela de Fátima Rodrigues Soares
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Porto Alegre, março de 2007

AGRADECIMENTOS

À **Faculdade de Psicologia da PUCRS**,
pela oportunidade de encontros, vínculos e aprendizagens.

À **CAPES**,
pelo investimento e concessão da bolsa que oportunizou meu estudo.

Ao Professor **Jorge C. Sarriera**,
pelo acesso ao universo de pós-graduação da PUCRS.

Aos **colegas de mestrado**,
por todas as ajudas, companheirismo e apoio.

Aos meus amigos **Fabi, Giselda, Júlio, Edinho e Pé**
por serem grandes *malabaristas da novidade*.

À professora **Neuza Guareschi**,
por acreditar em possibilidades... por me fazer pensar a Psicologia a partir de outros lugares!
Pela confiança e sempre disponibilidade em me ajudar!

Ao **Adilar**,
companheiro de todas as horas que me faz ir além, pensar, sonhar e querer...

À minha **família**,
Porque sempre acreditaram, respeitaram e me fizeram ver que é possível viver na diferença! A
eles o meu amor!

Sumário

RESUMO	7
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRA SESSÃO: CONCEPÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE: PARADOXOS E AS PRODUÇÕES NOS MODOS DE SER JOVEM	10
Algumas Concepções de Juventude	11
O Campo Psi: prescrições nas concepções de juventude	16
A inscrição do jovem no contemporâneo: de sujeito problema a sujeito consumidor	20
Uma categoria de juventude a ser pensada...	24
SEGUNDA SESSÃO: O PROTAGONISMO SOCIAL E O GOVERNO DE JOVENS	32
O Plano Nacional de Juventude e a Construção do Protagonismo Social	33
Políticas Públicas para a População Juvenil: para além do ECA.	38
O Estado e o Governo de Populações	42
Protagonismo Juvenil e o Governo de Jovens	47
ANEXOS	59
Anexo A – Plano Nacional de Juventude	60
Anexo B - Carta do Comitê Científico	91

RESUMO

Esta dissertação trata da temática juventude a partir da preocupação da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas sociais por esta população. Em um primeiro momento, objetiva-se analisar algumas concepções sobre esta categoria em diferentes momentos da sociedade nas últimas décadas do século XX, no contexto brasileiro, e as implicações das práticas do campo “psi” a partir de discursos que produzem sentidos sobre o que é juventude. Em um segundo momento, discutimos a questão sobre desenvolvimento da cidadania e organização juvenil, colocada como princípio básico no Plano Nacional de Juventude, a fim de problematizar a noção de Protagonismo Juvenil como um modo de governo dessa população.

Palavras chaves: Concepções de Juventude, Políticas Públicas Sociais, Práticas Psi, Protagonismo Social.

Área de Conhecimento: Psicologia Social – 7.07.05.00-3

ABSTRACT

This dissertation approaches the theme of youth, considering the concern that both society and public policies have had over this population. Firstly, we analyzed some conceptions of this category in different instances of society in the last decades of the twentieth century in the Brazilian context, and implications of practices in the psychological field from discourses that produce meanings about what youth is. Secondly, we discussed the issue of development of citizenship and youth organization, based on Plano Nacional de Juventude, to problematize the notion of Youth Protagonism as a form of governing this population.

Key words: Conceptions of youth, Public and Social Policies, Psychological practices, Social Protagonism.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da temática juventude, e tem como eixos principais uma análise das concepções da categoria juventude em diferentes momentos sociais nas últimas décadas do século XX a partir do contexto brasileiro e uma discussão de como foi se produzindo a partir destas concepções relativas à categoria juventude, a noção de protagonismo juvenil como uma das formas de regular jovens na ordem social.

A justificativa para este estudo, se dá na medida em que um discurso referente à “protagonização do jovem no âmbito social”, toma força e visibilidade nos mais diversos campos de atuação, e a partir de reflexões iniciais provenientes do espaço educacional onde este estudo deu seus primeiros passos e esta concepção torna-se corrente.

As primeiras reflexões portanto, se deram em torno dos sentidos veiculados nesta concepção de *protagonismo juvenil*, e das práticas pedagógicas implicadas nesta concepção. Perguntava-se que sentidos os documentos, programas e ações presentes na educação e dirigidas aos jovens portavam ao falar em “protagonismo juvenil”. Daí surgiu o problema para o projeto inicial (em anexo) voltado, naquele momento, à compreensão das concepções e ações de protagonismo juvenil na instituição escolar.

Com o decorrer do estudo, foi se ampliando a perspectiva de análise sobre as concepções vinculadas à categoria juventude, passando-se então a pensar este objeto de estudo numa dimensão mais ampla – das questões sociais implicadas, momentos particulares das sociedades e a partir da implicação das práticas psicológicas em toda esta discussão. Aí o modo de se tomar o objeto passa de uma pergunta do “porquê” ou “o quê” consistia esta noção de protagonismo juvenil, para a problematização de como foi se instaurando todo um

processo em que discursos sobre a juventude em determinados momentos, foram produzindo uma determinada juventude visibilizada e dita como sendo problemática, e como foi se legitimando estes discursos a partir de práticas inscritas em campos de saber e na confluência de linhas de força e jogos de poder que por sua vez prescrevem modos deste jovem se comportar, ser entendido, julgado e governado.

Diante disto, apresentamos este texto em duas sessões. Na primeira, nos remetemos às concepções de juventude que foram sendo veiculadas em diferentes momentos sociais e em como foi se visibilizando um determinado discurso sobre a categoria juventude articulado à noção de problema. Em todo este processo, buscamos discutir a implicação de como as práticas psicológicas foram prescrevendo e legitimando este discurso, e em como os jovens estão sendo afetados por determinadas práticas sociais presentes no contemporâneo gerando diferentes formas de subjetivação que por sua vez serão pensadas, investidas e implicadas em relações de poder e verdade sustentados por saberes, como por exemplo, o psicológico.

Na segunda seção, buscamos problematizar a noção de protagonismo juvenil através do Plano Nacional de Juventude, um documento oficial elaborado em formato de Projeto de Lei no âmbito Estatal. Esta noção surge como efeito de discursos inscritos em saberes que descrevem e pensam esta categoria juventude e sustentam políticas, ações, programas voltados à população juvenil e no caso deste estudo, com vistas a produzir um determinado jovem “protagonista – e inserido nos processos sociais”, que por outras vias pode se mostrar “problema” ou mesmo escapar a uma forma de subjetivação que se apresenta hegemonicamente na contemporaneidade. Para tanto, nos valem da noção de governamentalidade em Foucault para discutir as questões relativas ao “protagonismo juvenil”.

CONCEPÇÕES SOBRE A CATEGORIA JUVENTUDE:
PARADOXOS E AS PRODUÇÕES NOS MODOS DE SER JOVEM

O jovem tem sido um foco de atenção por parte das instituições sociais, sejam públicas ou privadas. Nos discursos da sociedade sobre essa população, o jovem aparece associado, mais recentemente, à idéia de inserção nos processos sociais. Assim, por exemplo, por parte de órgãos oficiais do governo e da sociedade civil, vemos a convocação para uma grande

“mobilização de diferentes parceiros – escola, redes institucionais, legisladores, tomadores de decisão, meios de comunicação e opinião pública em geral – para que se possa legitimar a institucionalização de políticas públicas e potencializar seus benefícios, ressaltando que a exclusão dos jovens não é um problema somente deles, mas do conjunto da sociedade” (Ibase e Polis, 2006).

No campo acadêmico, vê-se uma grande produção de pesquisas e de conhecimento em torno da juventude¹. Nas produções de conhecimento sobre a juventude, circula um discurso de “preocupação” com relação aos jovens no tocante à sua integração na ordem social, envolvendo a produção econômica e a constituição familiar.

Na primeira parte desta dissertação, nosso interesse é remetermo-nos a algumas concepções sobre juventude produzidas em momentos específicos da sociedade, nas últimas décadas do século XX, para evidenciarmos a maneira como foram sendo visibilizados determinados discursos sobre essa categoria, articulados à noção de valores que prescrevem a

¹Ver produção de pesquisas da Unesco, Instituto Cidadania, Instituto Akatu, Ação Educativa, Projeto Juventude, entre outros, nos sites www.unesco.org.br; www.icidadania.org.br; www.akatu.org.br; www.acaoeducativa.org.br; www.projetojuventude.org.br. Acessado em: 30.12.2006.

ordem social. Ainda, objetivamos mostrar como foram se legitimando esses discursos a partir de práticas inscritas em campos de saber que, posicionados na confluência de linhas de força e jogos de poder, prescrevem modos de ser jovem na sociedade. Em especial, buscamos discutir a implicação das práticas psi na prescrição legitimada pelos discursos psicológicos na produção desses sujeitos e o investimento do mercado capitalista nessa população como consumidores potenciais. Finalmente, com base em uma concepção de novidade presente nos escritos de Hannah Arendt, apresentamos algumas questões sobre uma possível idéia para essa categoria passar a ser pensada.

Algumas concepções de juventude

Pressupomos, para esta discussão, que cada época profere discursos relativos aos seus jovens. Tais discursos denotam modelos e expectativas que irão produzir formas de ser e agir a partir de interesses específicos do momento histórico, cultural e social vigente. Os jovens, nesse sentido, são sujeitos concretos que se aproximam ou não, em seus modos de vida, dos sentidos produzidos por esses discursos em cada época particular.

Se prestarmos atenção nos sentidos produzidos por um determinado discurso que circulava na sociedade dos anos 60 sobre a juventude no Brasil, veremos que esta categoria era tomada como “o futuro do amanhã”. Nela se embutia a esperança da concretização dos projetos de “desenvolvimento e progresso” do pujante capitalismo desenvolvimentista de então: os jovens tornar-se-iam modelos de “chefes de família”, “profissionais de carreira”, “filhos”, “estudantes”, etc. (Souza, 2005).

Já enunciados como “é proibido proibir” e “revolução do desejo” vinculavam-se a sentidos produzidos por discursos sobre um determinado jovem, propagados nos episódios sociais dos últimos anos da década de 60. A partir de 1968, a imagem preponderante veiculada sobre o jovem é a do revolucionário, militante, relacionada à noção de contracultura

ou de vanguarda, em uma perspectiva de transgressão ou contestação à ordem e em uma posição de recusa, de “aversão a toda prática autoritária e utilitarista”. Esse discurso vinha associado com “a busca de modos alternativos de viver, com o desejo de criar uma contracultura” (Abramo, 1997; Semeraro, 1994; Muller, 2005).

Outros autores (Souza, 2005) situam a segunda metade da década de 80 como o momento em que o jovem deixa de ser “o futuro do amanhã” para ser “o problema de hoje”. Essa mudança de concepção seria efeito da “crise urbana do trabalho”, em que o jovem estaria às margens do processo econômico-social. Ainda na década de 80, adere-se a juventude ao movimento das “diretas já”, como se todos os jovens estivessem mobilizados nas questões políticas e sociais da época.

Assim, é possível ver que, para cada momento histórico, é apresentada uma idéia iconizada da juventude, passando a valer, em âmbito geral, como o modelo de análise do jovem concreto em suas relações. Instaure-se determinado ícone acerca da juventude, o que denota uma maior visibilização de determinado modo de ser como efeito do campo de forças em constante luta no qual nos situamos. O que queremos dizer com isto, é que cada noção de juventude veiculada como sendo uma visão hegemônica do modo de ser jovem desconsidera a produção de sentidos e modos de ser engendrados no exercício do embate entre forças situadas e datadas em condições históricas e culturais de cada tempo, e que portanto, podem ser produzidas inúmeras e singulares formas de subjetivação ou modos de ser em cada momento específico.

Em boa parte das análises tradicionalmente formuladas no decorrer do século XX, a emergência da concepção de juventude articula-se a um discurso político e acadêmico que enfatiza as dimensões de transgressão, de crises, dos excessos, dos conflitos e das explosões, reforçado ao longo dos anos por teorias científicas que apontam a juventude como sendo “foco e germinação de problemas sociais” (Abramo, 1997; Gonçalves, 2005; Quiroga, 2005).

Tal perspectiva parece ter vindo ancorada, sobretudo, em discursos presentes na primeira metade do século XX sobre a “juventude transviada” americana ou naquele dos “rebeldes sem causa” da Europa, articulado a um discurso científico proveniente de uma psicologia do desenvolvimento. Relacionava-se determinada fase do desenvolvimento humano – como a adolescência e a juventude – com um período marcado por contestação aos “padrões familiares e culturais herdados das gerações anteriores, principalmente a de seus pais” (Quiroga, 2005). Dessa forma, grande parte das mazelas sociais acabava por ser creditada a essa parcela da população.

Algumas formulações tradicionais em torno dos segmentos juvenis têm sido mais fortemente reiteradas nas últimas décadas por discursos oficiais de Estado e de procedência acadêmica no entendimento e explicação dos comportamentos juvenis. Os jovens ora são vistos como geradores de problemas, ora como um setor vitimizado da população que precisa assim ser objeto de maior atenção: manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que determinados segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados por problemas decorrentes de fatores sociais, econômicos e culturais da sociedade? (Novaes e Vannuchi, 2004; Sposito e Carrano, 2003).

Esse incômodo lugar destinado aos jovens por uma determinada leitura social se atualiza em tempos mais recentes. A associação entre a população juvenil e a violência é apontada pela educadora Marília Sposito, ao ser entrevistada pelo *Jornal Brasil de Fato*, em abril de 2006. A autora aponta para o fato de que tal associação é visibilizada, principalmente, na década de 90, a partir de dois episódios: as rebeliões nas Febems, centralizadas no estado de São Paulo, em 1995, e o assassinato do índio pataxó Galdino, em Brasília, no ano de 1997. Sposito diz como essa associação produz todo um aparato de legitimação de um discurso a partir de instituições públicas, citando, como exemplo, as pesquisas realizadas pela Unesco que tomam por base a ligação “juventude e violência”, a partir do final da década de 90.

A ONU, por meio da UNESCO, inaugurou em 1997, aqui no Brasil, o seu setor de Pesquisa e Avaliação. Já no ano seguinte, iniciaram-se pesquisas voltadas à população juvenil, inscrita em um contexto de problemas sociais e, muitas vezes, de perigo ou risco social, em que a juventude aparecia relacionada predominantemente à temática da violência social. Foi, então, publicado o primeiro “Mapa da Violência – os jovens do Brasil” (Waiselfilz, 1998), um estudo que já está na sua quarta edição. Dentre os temas focalizados pela Unesco, centralizam-se a problemática da violência, referindo-se ora às “formas emergentes de sociabilidade transgressora” (Waiselfilz, 1998) entre os jovens, ora às questões de “vulnerabilidade do jovem” (UNESCO, 2004) à violência. Além desses temas, violência e juventude também se apresentam associadas com discursos sobre a sexualidade, as drogas e a educação no cotidiano escolar, relacionando-se essas questões, principalmente, com os jovens em situação de pobreza. Um dos últimos relatórios apresentados pela UNESCO em 2006 tem como tema os jovens no “Cotidiano das Escolas: entre violências”.

É interessante observar que, nos objetivos apresentados para a realização de tais estudos, o discurso de regulação social é bastante claro ao dizer que as pesquisas buscam “contribuir para a modelagem de políticas públicas para a juventude, enfatizando-se a participação do jovem como produtor e como consumidor cultural” (Castro et alii, 2001). Objetivam, ainda, “ampliar a visibilidade social de experiências no trabalho com jovens – particularmente aqueles em situação de pobreza” (UNESCO, 2006).

Assim, o que se vê nesse contexto é a produção de maneiras de ser e viver relacionadas à juventude que por sua vez, em cada época, emergem de uma correlação de forças que produzem efeitos de visibilidade no campo social. É na cristalização de um determinado modo de ser, colado à concepção de juventude de uma determinada época social e histórica, que em muitos casos se produz a essencialização da condição juvenil. Esperam-se, então, certos modos de ser ou manifestações dos jovens de forma contínua e estereotipada nas

produções sociais em que o jovem está presente, ou mesmo orientando os chamados “programas de inserção da população juvenil nos processos sociais”, como colocado no plano nacional da juventude.

A forma como se concebe a juventude hoje está, também, vinculada ao chamado período de educação formal e de entrada das pessoas no mundo do trabalho, sendo que as concepções veiculadas em épocas e lugares variados diferem sob o ponto de vista social e epistemológico. Em seu livro *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès (1981), a partir de uma perspectiva européia, fala no tema das idades da vida e dos vários nomes usados durante a Idade Média para identificar o período relacionado ao que hoje denominamos, por exemplo, adolescência e juventude. Numa concepção em que os fenômenos da natureza estavam unidos ao sobrenatural num determinismo universal, situava-se dos 14 anos até por volta dos 30 anos a idade da *adolescência* – era assim chamada porque a pessoa já estava grande o suficiente para procriar e, ao mesmo tempo, tinha “os membros moles e aptos a crescerem e a receber força e vigor do calor natural”. Depois, vinha a idade que estava “no meio das outras idades”, a assim denominada *juventude*, a idade que tinha a “plenitude das forças” e em que, justamente por isso, se podia “ajudar aos outros e a si mesmo” – período que se situava por volta dos 30 até os 50 anos de idade (Philippe Áries, 1981, p. 6).

Com a modernidade ocidental, surge, então, uma rígida cronologização do curso da vida individual, com vistas à obtenção de um critério objetivista e naturalista para a determinação da idade de cada indivíduo, o que gerou uma profusão de saberes científicos, jurídicos e, por fim, criminalistas, sobre estágios da vida (Groppo, 2000). A noção de idade, no entanto, na perspectiva discursiva que empreendemos neste estudo, pode ser tomada como uma marca que nos posiciona no mundo, marcadores identitários que se inscrevem como símbolos culturais que diferenciam, agrupam, classificam e ordenam as pessoas conforme marcas

inscritas na cultura – sobretudo, na cultura do corpo, “cujos significados nem são estáveis nem têm a mesma importância ou penetração relativa, combinam-se e recombina-se permanentemente entre si” (Veiga-Neto, 2000, p. 215). Com essa noção relativa às idades, questionamos a visão instituída por um pensamento psicológico desenvolvimentista que estabelece características inerentes para cada uma das etapas da vida. Da mesma forma, a constituição e objetivação da vida cronologizada em etapas a serem percorridas é fruto dessa vertente “psi” de cunho evolutivo. Se, por um lado, é na modernidade que se produz a concepção de juventude como a conhecemos hoje, por outro, a própria constituição da sociedade moderna, com instituições como a escola, o Estado, o direito e o trabalho industrial, assentou-se “no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida”, mostrando-nos um mútuo engendramento de mudanças e institucionalizações na rede social no período moderno, o que se configurou também como um solo fértil para a objetivação das idades (Groppo, 2000).

Assim, colocam-se as questões: se o discurso veiculado é o de busca da inserção e da participação do jovem nos mais variados segmentos da sociedade, em que condições de emergência esses discursos sobre a juventude se apresentam? Quando o jovem se faz visível e em nome de que essa visibilidade toma seu lugar? Estaria no fato de se visibilizar mais nas questões juvenis a preocupação em exercer sobre elas um maior controle através de instâncias legitimadas de governo e de mecanismos de vigilância no meio social? Que lugar é este designado à juventude? A visibilização da juventude estaria dotando-a de um espaço próprio, convertendo-se, assim, em um campo de possível intervenção e controle?

O Campo Psi: prescrições nas concepções de juventude

A discussão sobre o jovem e a categoria juventude em relação às práticas psi remete-nos ao que chamou Foucault (1999) de “corpo político”. Ou seja, considerar a inscrição do jovem

e a produção de uma concepção sobre juventude é pensar em um “conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem nos corpos humanos e os submetem a uma condição de objetos de saber” (Foucault, 1999, p.27). Analisar o investimento político-estratégico dos jovens a partir de um campo de saber e de relações de poder é pressupor que existe uma implicação mútua entre “sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos” e que esses “são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas” (Foucault, 1999, p. 29). É nesses termos que discutimos a implicação das práticas psicológicas como ferramentas conceituais e de intervenção no investimento e disciplinarização sobre os corpos jovens na perspectiva de que estes se tornem adultos bem adaptados, sadios e integrados à ordem social.

É nesse percurso que o instrumental da Psicologia foi e é de grande valia para o esquadramento e classificação de condutas dos jovens. Como diz Rose, “a psicologia, como um corpo de discursos e práticas profissionais, como uma gama de técnicas e sistemas de julgamento e como um componente de ética, tem uma importância particular em relação aos agenciamentos contemporâneos de subjetivação” (1999 p. 146). Assim, exerce também o papel de definir as características e os critérios balizadores para a classificação da população jovem.

A produção de conhecimento sobre a vida, demarcada, sobretudo, pelas Ciências Naturais, no século XIX, pretendia “desvendar” as leis naturais que regeriam, especialmente, o corpo, a mente e a sociedade. Tal como na prática da biologia evolucionista, emergem práticas psicológicas destinadas ao controle dos sujeitos por meio da disciplina ou pela valorização da busca de um suposto indivíduo autônomo, remetendo-o a uma ordem do natural. Nesse processo, a psicologia duplica conceitos empíricos para legitimar seus próprios

conceitos em uma função transcendental, instituindo bases fundamentais para a compreensão da natureza humana e do desenrolar evolutivo das idades – da infância à idade adulta, gerando saberes e práticas em torno desse homem-indivíduo. Cada indivíduo, segundo essa lógica, passaria a ter certeza de que, em determinado momento, o sinal da natureza iria despertar em si transformações bio, psico e sociais pré-diagnosticadas pelas ciências médicas e psicológicas. É nesse sentido que as disciplinas psi, como diz Rose, “estabeleceram uma variedade de ‘racionalidades práticas’, envolvendo-se na multiplicação de novas tecnologias e em sua proliferação ao longo de toda a textura da vida cotidiana: normas e dispositivos de acordo com os quais as capacidades e a conduta dos humanos têm se tornado inteligíveis e julgáveis” (1999 p. 147).

É ancorada, principalmente, nessa lógica desenvolvimentista – que preconiza um progresso contínuo da humanidade no qual o indivíduo, a partir de seus “estágios iniciais”, vai se desenvolvendo em etapas predefinidas cada vez mais rumo à maturidade do adulto –, que a psicologia vem prescrevendo e legitimando concepções acerca da juventude, ordenando-a e objetivando-a em uma ordem social em que a juventude seria uma fase de transição entre a infância e a maturidade do período adulto. Foi com a crença na transição dos indivíduos para uma maturidade que as ciências humanas e sociais, do século XIX ao século XX, produziram uma juventude de transição a ser controlada por meio de instituições preocupadas em proteger e diagnosticar os indivíduos considerados ainda não maduros e diagnosticados como portadores de fragilidades, criando-se ainda outras instituições interessadas na possibilidade de intervir na potencialização das capacidades desses indivíduos. É sob essa visão que a juventude passa a ser considerada como um estágio que pode ser perigoso ou frágil, propício para contrair toda espécie de males. Tal concepção contribuiu para a vigilância e regulação social desses indivíduos no período denominado de juventude.

É nesse processo de cerceamento político, moral, policial, empírico e científico do indivíduo, próprio da modernidade, que as ciências médicas e a psicologia buscaram “uma definição exaustiva, detalhada e objetiva das fases de maturação do indivíduo, bem como (propuseram) métodos de acompanhamento apropriados a cada fase dessa evolução do indivíduo à maturidade ou idade adulta” (Groppo, 2000, p. 59). Dentro desse processo de definição objetiva e naturalizante das pessoas, a categoria juventude passou a carregar em si, do ponto de vista das ciências modernas, a função social de “maturação” do indivíduo, pressupondo a tarefa emergente de socialização deste jovem, com vistas a torná-lo um “indivíduo autêntico e integrado à sociedade moderna” (Groppo, 2000, p. 60).

Grande parte dos estudos desenvolvidos com relação à juventude entende essa categoria pela marca da transitoriedade, como uma fase da vida que se encontra entre a chamada dependência infantil e a propagada autonomia adulta, “um período de pura mudança e de inquietude” (Levi & Schmitt, 1996, Muller, 2005), fundamentado em uma concepção adultocentrista. Essa transitoriedade implica a consideração do estado adulto como aquele definitivo, estável, em contraponto ao instável, inscrito na juventude. Nesse mesmo sentido, a estabilidade colada ao sujeito adulto denota, por contraposição, uma instabilidade aos outros momentos da vida humana. Essa visão acarreta, em muitas leituras, um conjunto de responsabilidades inerentes ao mundo do adulto, concepção que vem avalizar boa parte de estudos realizados sobre a juventude (Pais, 1993; Novaes e Vannuchi, 2004) e noções que atrelam este grupo social à moratória social (Muller, 2005) – um tempo de espera em que o jovem se prepara para assumir as responsabilidades do mundo dos adultos. Vincula-se a concepção de moratória social com aquela em que os jovens estariam num período em que teriam um tempo autorizado para fazer coisas não toleradas quando feitas pelos adultos. Dessa forma, define-se a juventude por elementos que, de forma naturalizada, são tidos como constituintes da vida juvenil e que não são tolerados na vida adulta. Constituir família, entrar

no mercado de trabalho e ter autonomia com relação ao pai e à mãe são passos hegemonicamente reconhecidos como sendo aqueles com os quais o jovem passa a ser adulto.

Assim, a concepção de juventude como sendo um período marcado por instabilidades e impulsividades, entendidas como naturais, demandou todo o cuidado e atenção na vigilância desse “período transitório”, pois se, de alguma forma, essas marcas permanecessem, seriam sinal de imaturidade de um processo vital que, escapando ao tempo previsto, representaria riscos para aquilo que deve ser a finitude do humano. Como invenção do pensamento moderno, a finitude humana é aquilo que possibilita esclarecer o seu aparecimento, sua constituição e os movimentos presentes para visibilizar momentos futuros. Esse controle sobre a natureza humana coloca-a na ordem do pensável para diferentes campos do conhecimento. Porém, para a Psicologia, esta concepção se configurará no ponto de apoio para os diversos diagnósticos que elencarão as constantes e renováveis patologias e para a divulgação de um arcabouço de padrões de normalidade (Hüning e Guareschi, 2005). Assim, a emergência de um discurso de valorização da juventude por parte das instituições públicas ou privadas, legitimadoras e reguladoras dos modos de ser e viver dos jovens na sociedade, remete-nos às produções das práticas sociais e institucionais também impostas pela ordem dos processos econômicos, culturais e políticos que vêm sendo construídos em diferentes momentos históricos.

A inscrição do jovem no contemporâneo: de sujeito problema a sujeito consumidor

Se a modernidade propiciou uma concepção relativa à juventude como uma fase de transição, composta por um conjunto de etapas normatizadoras que conduziriam progressivamente em direção ao mundo adulto em uma seqüência linear em que a sucessão e a ordem das etapas a serem percorridas estariam ligadas à certeza do projeto dessa modernidade, no contemporâneo, a possibilidade de entender a juventude como um

encadeamento contínuo e necessário em relação às experiências dos jovens, articulando-as às exigências do mundo das instituições sociais e políticas, dissolve-se perante as transformações e mudanças ocorridas neste tempo. A primeira dessas transformações é a própria impossibilidade de se ter continuidade e certeza sobre a noção de tempo e espaço gerando ao mesmo tempo diferentes experiências espaço-temporais.

A modernidade entende as experiências concretas e imediatas como sendo particulares, mas inseridas em espaços gerais, abstratos, infinitos e ideais. O que se pode chamar de lugar é o espaço vivido e definido pelo sensorial, pelo imediato e, ao mesmo tempo, ideal. Nesses termos, conta muito mais a capacidade de criar novos “lugares no espaço e de trocar de lugar para lugar, ou seja, de mobilização” (Veiga-Netto, 2002), em contraposição à lógica medieval, em que as práticas diárias dependiam de um espaço físico concreto, onde a dominação dependia da posse de um espaço físico.

Já na lógica espaço-tempo estabelecida no contemporâneo, importa cada vez mais o produto dessa relação – a velocidade –, que toma a frente nas formas de subjetivação, valorizando sempre mais a mobilidade, a velocidade de acesso a todas as coisas, com efeitos de “hiper consumo”, descartadas pelas práticas econômicas e políticas. Outra condição presente neste mesmo cenário é o que Veiga-Netto (2002) aponta como sendo a volatilidade nas experiências vividas no cotidiano, um estado de sempre mudança sentido na sua inconstância. Bauman (2001) refere-se a um estado de leveza e fluidez em contraponto ao sólido presente numa lógica espacial e temporal com mais durabilidade e com limites bem definidos presentes na modernidade. Com a mobilidade e o volátil demarcando posições no campo subjetivo, o que se mostrava de longo prazo, com grande durabilidade, definitivo, apresenta-se com um caráter cada vez mais transitório, supondo “uma crescente aceleração no ritmo de se relacionar com as coisas e com as pessoas, transformando o cotidiano num caleidoscópio de apelos, exigências e possibilidades” (Jobim e Souza, 2005, p. 101).

Considerando que a noção de juventude vem inscrita em discursos proferidos em cada momento particular da sociedade, que produz modos de ser jovem de acordo com interesses próprios de um momento histórico, o que vemos a partir da metade do século XX, segundo Ribeiro (2004), são jovens sendo disputados por duas forças antagônicas: por um lado, a idéia de revolução, colocando-os no lugar de rebeldia, contestação, desvio à norma, etc.; por outro lado, o campo da publicidade, constituindo a juventude como destinatária por excelência de anúncios e propagandas para um mercado em expansão. Para ilustrar, o autor cita o filme *Made in USA*, de Godard, que chama os jovens parisienses dos anos 60 de filhos de Marx e da Coca-Cola.

Morin (1997) indica a década de 60 como um período que se fez marco no aumento dos bens de consumo, da indústria cultural e da valorização social do tempo livre, o que produziu como efeito o investimento na construção e visibilização de novos atores sociais, dentre os quais, a juventude. Esta é tomada como alvo e solo fecundo para uma potencial fatia de mercado consumidor, vinculando-se a essa população a idéia de “uso do tempo livre” e de “produtor e consumidor cultural”, marcador ainda presente em documentos publicados pela Unesco (2001).

Ribeiro, ao buscar o processo histórico de como a juventude e, por conseguinte, como o ser jovem passa a ser algo valorizado, aponta o período pós-Revolução Francesa como a emergência de uma oposição sentida de forma cada vez mais intensa entre o que se remetia ao novo – naquele momento, o sentido de liberdade, democracia – e o que conotava o antigo, velho – a servidão, a mentira, os privilégios de poucos. Desde então, segundo esse autor, a juventude tem sido um valor importante, ela “passa a ser algo positivo, e mais que isso, prioritário na agenda” (Ribeiro, 2004 p. 23).

No contexto de Brasil, Kehl (2004, p. 90) diz que o prestígio da juventude é mais recente. Essa autora cita Nelson Rodrigues, a partir de uma crônica escrita sobre a infância

deste, em que o dramaturgo relata: “O Brasil de 1920 era uma paisagem de velhos; os moços não tinham função nem destino. A época não suportava a mocidade”. Eram tempos em que os jovens buscavam ostentar sinais de seriedade e “respeitabilidade” vinculados aos adultos da época, tais como o uso do bigode, ternos escuros, guarda-chuva, marcadores identitários de determinados homens, os “bem-sucedidos” da primeira metade do século XX (Kehl, 2004, p. 90). Em tal contexto, “homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de juventude” (Kehl, 2004, p. 90

Já na segunda metade do século XX, a juventude passa a ser situada nos anos dourados da vida. Se pensarmos nas condições de possibilidade para a visibilidade dos jovens como algo a ser desejado, investido e valorizado, principalmente a partir do pós-guerra, na segunda metade do século XX, podemos apontar o auge do modelo centrado na economia capitalista, florescendo com toda a força a invenção de produtos a serem consumidos e de mercados a serem conquistados, bem como a expansão da indústria cultural – cinema, televisão –, produzindo e capturando sentidos na lógica da economia de mercado. Assim, mesmo com o estigma produzido sobre os jovens como sendo uma geração problemática, a juventude passa a ser investida como um novo e gigantesco mercado para os novos “fetiches da felicidade” – coca-cola, chicletes, discos, cosméticos, carros, etc. Tomando-se a juventude como uma “fatia privilegiada” do mercado consumidor, produz-se como efeito um jovem consumidor – o *teenager* americano –, rapidamente difundido por todo o mundo capitalista ocidental via publicidade e televisão, numa associação com a imagem de “liberdade, busca intermitente de prazeres e novas sensações”, oferecendo-se como modelo para todas as classes sociais e faixas etárias da população (Ribeiro, 2004, p. 24).

É neste sentido que alguns autores ressaltam a ênfase colocada na juventude em tempo atuais, como um vetor de incidência na subjetivação dos sujeitos, abarcando sobretudo a

dimensão relacionada ao corpo, concretizando-se no comércio da ‘juvenilização’ – um produto almejado por muitos e balizador de uma estética hegemônica prescrita como modelo ideal (Margulis, 2000; Muller, 2005).

Em análise sobre a produção de uma estética juvenil globalizada a partir do mercado de consumo, Carmem Oliveira (2001, p.38), aponta o jovem nestes tempos contemporâneos, como aquele sobre o qual vinculou-se a idéia de “máxima potência de afetar e ser afetado”, numa referência à obtenção de um prazer mais imediato, mais narcisista e menos utópico daquele experimentado por gerações anteriores. Neste sentido, o mercado mediático, se encarregou de transformar a juventude em modelos de consumo, passando de um consumidor preferencial a um agente catalisador e propagador de estilos que fazem proliferar uma estética juvenil entre todas as gerações. Com isto, o mercado encarrega-se de definir e cristalizar grupos de estilos juvenis variados demarcando “a filiação do desejo do consumidor”, em diferentes tribos a serem investidas com suas marcas identitárias já capturadas pelo sentido do consumo. É assim que “consumir os produtos ofertados para cada uma dessas tribos passa a ser um modo de existir e de ser notado na vida pública” (Oliveira, 2001, p. 38). Proliferam assim, os *surfistas*, *nerds*, *mauricinhos*, *patricinhas*, *etc.* com suas etiquetas visíveis e bem demarcadas tornando-os reconhecidos e pertencentes a uma determinada tribo.

Beatriz Sarlo (1994) ao fazer uma analogia entre a velocidade de circulação na lógica do consumo e o valor simbólico impresso na juventude com relação a um prazer imediato, sempre em busca do novo nos tempos atuais, refere-se ao mercado como o lugar das mercadorias necessariamente serem novas, conotarem o estilo que está na moda. Neste sentido, a autora aponta o mito da “novidade” presente neste modelo, com a renovação incessante de necessidades-mercadorias produzidas pelo mercado capitalista, como um elo articulado à noção de juventude na qual se cola o mito da novidade permanente. Juventude como um valor potencializado na trajetória da existência do homem nesta lógica do imediato,

da busca incessante pelo novo e pela novidade para suprir necessidades criadas nesta chamada sociedade do consumo.

Esta lógica descrita acima, se articula à noção de transitoriedade citada por Veiga-Netto (2002), neste modo de viver o tempo no contemporâneo, o qual supõe uma crescente aceleração no ritmo de se relacionar com as coisas – e com as pessoas –, e “transformando o cotidiano num caleidoscópio de apelos, exigências e possibilidades” (Jobim e Souza, 2005, p. 101). A esta conformação presente nas relações atuais, desponta com vigor o caráter efêmero e mutante do que vem a ser consumido, sejam coisas, idéias, ‘atitudes’ ou comportamentos, entrecruzados com o mesmo vigor que se desenvolve as tecnologias que operam na produção e sustentação deste cenário atual.

Numa perspectiva foucaultiana, o tempo se insere na discussão das técnicas criadas na chamada sociedade de controle como um elemento a ser controlado para o funcionamento dos mecanismos inerentes a um modelo de produção da subjetividade ou constituição dos sujeitos desta sociedade, numa determinada direção. Em um de seus textos, Foucault aponta o modelo de mercado presente no capitalismo como pano de fundo para o controle do tempo. Ali ele diz que “é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho” (Foucault, 1996, p.116). Neste sentido, é que se controla, se vigia e se demarca o tempo das pessoas nos mais diferentes espaços e momentos de suas vidas. Neste sentido, podemos pensar também num tempo capturado por um modelo de mercado que totaliza as mais diversas faces da existência humana em modelos hegemônicos a serem ofertados num grande mercado de consumo.

É no sentido dessa captura de novos “nichos de mercado” a serem conquistados que Bauman (2004, p. 88) se refere aos “mercados modernos”, em uma analogia aos Estados modernos que, “ocupados em ordenar e classificar, não podiam suportar a existência de

'homens desgovernados' e, (...) ávidos por territórios, não podiam suportar a existência de terras 'de ninguém'; da mesma forma, "os mercados modernos não toleram bem a 'economia de não-mercado': o tipo de vida que reproduz a si mesma sem que o dinheiro troque de mãos".

Institui-se, assim, um modo de vida em que usar e descartar em seguida, a fim de abrir espaço para outros bens e usos, dita funcionamentos em que a leveza, a velocidade e o imediatismo pautam a existência humana, modos constituintes no campo subjetivo. Se, por um lado, instauram-se os "includos" na sociedade de consumo, no dizer de Bauman (2004, p. 68), "aqueles que não precisam se agarrar aos bens por muito tempo, e decerto não por tempo suficiente para permitir que o tédio se instale, os chamados bem-sucedidos, por outro, se institui os excluídos, os consumidores falhos, os inadequados, os incompetentes, os fracassados". Nesse aspecto, podemos ver como um alerta a implicação das práticas psi tradicionais no controle e ordenação do mundo, mundo este onde se inscreve a sociedade do consumo ao prescrever modos de existência "adequados" a esta ordem, "ao dar especial atenção àqueles que devem ser includos nos sistemas normativos e normalizadores dessa sociedade" (Hüning e Guareschi, 2005, p. 116).

Uma categoria de juventude a ser pensada...

Assim, se o social se vale da demarcação binária entre includos/excluídos, que novo nicho a ser conquistado estaria ainda além fronteiras da regulação de mercado nas últimas décadas, ecoando insistentemente nos discursos sociais de inclusão social e inserção no mercado, sustentados por práticas e saberes, dentre eles, os do campo psi? É pensando na tradução da categoria juventude como aquilo que busca o novo de modo incessante, sendo isso o que a faz visível e valorizada, tornando-a um campo desejável de investimento para produções de subjetividade, que se procura uma possibilidade de olhar a juventude de uma

forma diferente e ao mesmo tempo deslocada daquela que impõe as relações de força e de poder dos movimentos midiáticos e conformistas da sociedade.

Numa direção inversa ao novo que se institui como força motriz nesta sociedade do consumo, encontra-se a concepção de novidade, para Hannah Arendt (2001). A novidade, segundo a autora, está inscrita nos espaços de tensionamento entre o público e o privado. É no espaço público, no entanto, que o lugar da novidade se instaura, no campo onde se dá a condição para a ação humana, atividade esta que ocorre através do discurso, na singularidade da produção humana e também em uma condição de pluralidade. Para essa autora, é no público que a ação humana é investida de um caráter político por produzir efeitos, estar em relações de poder e ter uma dimensão ética.

Em contraponto ao público, no espaço privado, é excluída a possibilidade desta ação humana. Esse espaço representa a privação do humano e a não-condição do seu aparecimento na pluralidade, ao mesmo tempo, o não ser singular entre os outros. É onde o homem se comporta e se regula conforme um interesse comum e uma opinião unânime presente no espaço doméstico. No espaço privado, não há lugar para o inusitado, o imprevisto, o desconforme. Com a assunção do modelo doméstico na esfera pública, Arendt (2001) aponta a substituição, em nossa sociedade, da ação pelo comportamento na forma de relação entre os homens, fazendo com que se espere de cada um dos humanos certo tipo de comportamento, com inúmeras e variadas regras, mas todas tendentes a normalizá-los. É nesta ordem, a dos sujeitos privatizados, que podemos situar os mandatos de consumo, de velocidade, descartabilidade presentes no contemporâneo como os destituidores do caráter político da ação humana e da afirmação no espaço público do que é singular, em troca da homogeneização e da normatização.

Então, se o espaço público é também espaço político, deve ser pensado como ação, como acontecimento, como irrupção, como uma interrupção de todos os processos

automatizados e totalizantes. E é aí, então, que pode emergir uma concepção de juventude com a novidade como possibilidade do improvável e da surpresa. A questão que se coloca é: se, com a ampliação da esfera privada na sociedade contemporânea e a descrença no espaço público, do poder político, que efeitos estão sendo produzidos na população juvenil e nos modos de ela agir em relação ao novo? Se o lugar que a juventude ocupa no discurso político, acadêmico e social é, paradoxalmente, o das crises, dos excessos, dos conflitos e das explosões – lugar reforçado ao longo dos anos pelas ciências, com a juventude sendo foco e germinação de problemas sociais –, mas também é o foco de investimento de mercado que a produz como objeto e sujeito do consumo, não estaria aí também o contraponto, ou seja, o lugar da novidade como possibilidade de um solo fértil para o surgimento de algo novo que gere mudanças no campo social?

Ao conformar os excessos juvenis a uma regulação social, a uma norma instituída, a um comportamento esperado no espaço público, e ao se avaliarem os jovens com o potencial extraordinário de produtores e consumidores no mercado capitalista, não se estaria também retirando a possibilidade da existência de algo que inova, que inventa, que excede e que irrompe nos modos de ser juvenil, para além da conformidade social, impossibilitando-se, assim, que se instaure a novidade? Ao aproveitar-se a oportunidade que a novidade dispõe, seria possível utilizá-la como estratégia para pensar a imprevisibilidade em uma chance de vida para transformar a opacidade do futuro em ações presentes, intensas e finitas. Ou a idéia de finitudes do conhecimento moderno, que coloca a natureza humana na ordem do previsível, poderia ser transposta para uma idéia de tempo futuro não-dissociada do tempo presente, do indeterminado, da pulverização de experiências e da possibilidade de exploração do provisório como forma de emergir e potencializar a novidade.

Diante disso, cabe-nos, de início, colocar em questão as práticas psicológicas que instituem e legitimam modos de ser juvenil por meio de procedimentos e técnicas ancoradas

em um discurso científico sobre a interioridade do indivíduo psicológico e de caracterizações naturalizadas na perspectiva de um sujeito normal, adaptado e governável. Problematizar concepções de juventude fundamentadas em definições e caracterizações atreladas a uma etapa universal, natural e homogênea para todos impõe a necessidade de uma postura crítica às reificações totalizantes produzidas no campo psi.

REFERÊNCIAS:

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 5/6, 5-14.*
- Ariès, P. (1981). História social da criança e da família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Barembliitt, G. (1998). Compêndio de análise institucional e outras correntes – teoria e prática. 4.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bauman, Z. (1999). Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castro, M. G. et alii (2001). Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação W. K. Kellogg, BID. Disponível em: http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/cultivando/mostra_documento.
- Foucault, M. (1988). História da sexualidade I: A vontade de saber. 15ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Foucault, M. (2002). A ordem do discurso. 8ed. São Paulo: Ed. Loyola.
- Foucault, M. (1996). A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Ed.Nau.
- Foucault, M. (1999). Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 21ed. Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, H. S. (2005). Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. Tempo Social. v.17 n.2 São Paulo.
- Grosso, L. A. (2000). Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel.
- Hüning, S. M.; Guareschi, N. M. F. (2005). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. Em: N. M. F. Guareschi; S. M. Hüning (Orgs.). Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Abrapso Sul. (107 – 127).
- Ibase e Polis (2006). Diálogo nacional para uma política pública de juventude. Em: Pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esforços e políticas públicas”, realizada por Ibase e Pólis, em 2005. São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibase.br> e <http://www.polis.org.br>.
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. Em: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania. (89 – 114).
- Levi, G.; Schmitt, J.-C. (Orgs) (1996). História dos jovens: da antiguidade à era moderna. V.1. São Paulo: Companhia das Letras.
- Margulis, M. (2000). La juventud es más que una palabra. Buenos Aires: Biblos.
- Morin, E. (1997). Cultura de massas no século XX – O espírito do tempo – 1 – Neurose. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Muller, E. (2005). “As palavras nunca voltam vazias”: reflexões sobre classificações etárias. Em: R. Alvim; T. Queiroz; E. Ferreira Jr (Orgs). Jovens & Juventudes. João Pessoa: Ed. Universitária – PPGS/UFPB.

- Novaes, R; Vannuchi, P. (2004) Apresentação. Em: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania.
- Pais, J. M. (1996). Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Quiroga, A. M. (2005). Prefácio. Em: R. Alvim; T. Queiroz; E. Ferreira Jr (Orgs). Jovens & Juventudes. João Pessoa: Ed. Universitária – PPGS/UFPB.
- Ribeiro, R. J. (2004). Política e juventude: o que fica da energia. Em: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania. (19 – 33).
- Rose, N. (1999). Inventando nossos eus. Em: T. T. da Silva (Org.). Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica (139 – 204).
- Semeraro, G. (1994). A primavera dos anos 60: a geração de Betinho. São Paulo: Ed. Loyola e Rio de Janeiro: Centro João XXIII.
- Souza, M^a A. A. de (2005). A Juventude no Plural – Anotações sobre a emergência da juventude. In: R. Alvim; T. Queiroz; E. Ferreira Jr (Orgs). Jovens & Juventudes. João Pessoa: Ed. Universitária – PPGS/UFPB.
- Sposito, M. P.; Carrano, P. (2003). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, São Paulo*, 24, (16-39).
- UNESCO (2004). Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: Autor.
- UNESCO (2006). Cotidiano das Escolas: entre violências. Brasília: Autor e Min. da Educ/SECAD.
- Veiga-Neto, A. (2000). As idades do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades... Em: J. C. de Azevedo; P. Gentili; A. Krug; C. Simon (Orgs). Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/SMED.
- Veiga-Neto, A. (2002). De geometria, currículo e diferenças. *Educ. Soc. Campinas*, v.23, n.79. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.
- Waiselfisz, J. J. (1998). Mapa da Violência: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO e Instituto Airton Senna.

O PROTAGONISMO SOCIAL E O GOVERNO DE JOVENS

Introdução

Na segunda parte desta dissertação, procuramos problematizar a noção de protagonismo juvenil a partir da questão que objetiva o desenvolvimento da cidadania e a organização dos jovens colocada no Plano Nacional de Juventude, um documento oficial elaborado em formato de Projeto de Lei no âmbito estatal. Para discutir a noção de protagonismo social da juventude como um investimento das políticas públicas e sociais na produção do jovem protagonista – inserido nos processos sociais –, fundamentamo-nos no conceito de governo/governamentalidade, a partir da perspectiva foucaultiana. Com isso, pretendemos mostrar que as formas como as ações de políticas públicas inscrevem os jovens no protagonismo social também produzem modos de ser e viver, criando maneiras de governar essa população.

O protagonismo juvenil remete a um conceito que vem sendo veiculado como palavra de ordem dentro de um discurso pautado pela participação social. Como efeito, produz a demanda de uma população juvenil com a condição de que esta se posicione frente às questões sociais, sendo protagonistas na solução de desafios reais da sociedade. Esse discurso do protagonismo é articulado ao discurso da inserção dos jovens nos processos sociais, o qual intenta demarcar e posicionar sujeitos jovens no campo das Políticas Públicas e sociais. Nesta seção, iniciamos por situar o que constitui e como vem a ser composto o PNJ¹ e as relações

¹ PNJ – Plano Nacional de Juventude. Todas as vezes que aparecer a sigla PNJ neste texto, será referente ao Plano Nacional de Juventude.

deste com o ECA², para problematizarmos a questão da juventude protagonista na sociedade contemporânea. Para isso, utilizamos o conceito de governamentalidade proposto por Foucault para fundamentar a discussão, no sentido de visibilizarmos como a população juvenil vem a ser governada por diretrizes oficiais, fazendo com que esta passe a ser vivida e pensada pelos próprios jovens e pelas práticas dos programas sociais derivados dessas Políticas.

O Plano Nacional de Juventude e a Construção do Protagonismo Social

Visualizar o documento PNJ é deparar-se com um conjunto de estratégias políticas, éticas e sociais das quais o aparato estatal se vale para investir na juventude. No Projeto de Lei nº4530/2004, propõe-se o Plano Nacional de Juventude, um documento elaborado a partir da Câmara Federal dos Deputados numa discussão envolvendo organizações estatais e privadas vinculadas ao segmento juvenil. A intenção era traçar as diretrizes para a formulação de políticas públicas dirigidas à população jovem nos dez anos subseqüentes.

Retomando um pouco a história relatada pelo próprio texto do documento apresentado pela Câmara dos Deputados sobre o surgimento do Plano Nacional de Juventude, observa-se que a idéia de sua criação nasceu junto com a instituição da Comissão Especial de Juventude - CEJUVENT³. O plano foi constituído para oferecer à juventude brasileira marcos legais que definissem os direitos dos jovens, registrassem as suas aspirações, reunissem os temas correlatos e, finalmente, sinalizassem realidades possíveis. Foram realizadas 33 audiências públicas em que os parlamentares dessa Comissão Especial ouviram 5.200 pessoas, segundo o

² ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Todas as vezes que aparecer a sigla ECA neste texto, será referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

³CEJUVENT- Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, criada por Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 7 de abril de 2003, por solicitação de Parlamentares de diversos partidos políticos. A criação dessa comissão especial, segundo o texto da própria Câmara, é fruto da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, que ainda atua na Casa Legislativa.

texto institucional, a maioria de jovens. Foi estabelecido um conjunto de diferentes temas considerados correlatos à juventude a serem abordados em todos esses encontros, tais como trabalho, emprego, renda e empreendedorismo; saúde, sexualidade e dependência química; cultura; desporto e lazer; cidadania e organização juvenil; capacitação e formação do jovem rural e equidade de oportunidades para os jovens que fazem partes de minorias, como os afro-descendentes, indígenas, portadores de deficiência e homossexuais. Após o processo de discussão, foram formados grupos temáticos na Comissão Especial com base nas correlações feitas entre os temas abordados durante o processo, o que resultará nas cinco temáticas apresentadas no Plano Nacional de Juventude.

O PNJ foi constituído com base em oito objetivos voltados para a construção e demarcação de Políticas Públicas de Juventude, em termos gerais, visando a

1. Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;
2. Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos [...];
3. Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;
4. Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
5. Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;
6. Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas;
7. Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça e etnia nas mais diversas áreas [...];
8. Apontar diretrizes e metas para

que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

Na elaboração do PNJ, foram propostas nove prioridades para fazer frente à inexistência na época – o ano de 2003 – de órgãos de governo destinados especificamente às questões juvenis e de uma previsão orçamentária específica para a população juvenil, visto estarem distribuídas pelos diversos ministérios existentes as verbas de ações voltadas para os jovens. Foram apontadas três prioridades na área da Educação: 1. a erradicação do analfabetismo na população juvenil; 2. a garantia da universalização do ensino médio, público e gratuito; 3. a oferta de bolsas de estudo e financiamento para o ingresso e permanência no ensino superior. Na área do Trabalho, foram propostas duas prioridades: 1. o *incentivo ao empreendedorismo juvenil* e 2. a ampliação de Programas de Primeiro Emprego. As quatro demais prioridades se destinam a atividades de prevenção na área da saúde, à criação de espaços de lazer e esportes de participação, à promoção de projetos culturais produzidos por jovens e à garantia de inclusão digital nas escolas e universidades, viabilizando-se o acesso à Internet.

Assim, tendo por base o cenário de oito objetivos e nove prioridades, o PNJ foi elaborado após longo processo coletivo de discussão sobre as questões juvenis, no conjunto de cinco temáticas resultantes do processo de discussão nas audiências públicas e nos grupos temáticos posteriormente formados na Comissão Parlamentar Especial – CEJUVENT. Foi realizado um diagnóstico e foram pensados objetivos e metas relativos a cada temática demarcada, delimitando-se um campo de saber no âmbito Estatal assentado em relatórios de pesquisa de órgãos governamentais e não-governamentais acadêmicos voltados às questões juvenis. São estas as temáticas: 1. Emancipação juvenil – relativa à Educação e ao Trabalho; 2. Bem-estar juvenil – referindo-se à Saúde e aos Esportes; 3. Desenvolvimento da Cidadania e Organização Juvenil – subdividido nos itens de Formação da Cidadania e de Protagonismo e

Organização Juvenil; 4. Apoio à Criatividade Juvenil – subdividido em Estímulo à produção cultural e Acesso aos bens da cultura e Desenvolvimento tecnológico e comunicação; 5. Equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão, subdivididos em Jovem índio e afro-descendente, rural, portador de deficiência, homossexual e mulher.

Por fim, o documento PNJ apresentado à sociedade foi composto de três seções. Na primeira seção, constam os objetivos e prioridades levantados; na segunda seção, encontram-se as temáticas discutidas e formuladas; e, na terceira seção, estão a avaliação e o acompanhamento do Plano. Apresentamos abaixo um esquema geral dos tópicos da primeira e da segunda seção do documento, com o objetivo de localizar a terceira temática, relativa ao Desenvolvimento da Cidadania e Organização Juvenil, onde vem inscrito o item do Protagonismo e Organização Juvenil, foco de nosso estudo.

PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE – Esquema de tópicos da primeira e segunda seção do PNJ.

SEÇÃO 1		SEÇÃO 2
OBJETIVOS		TEMÁTICAS
PRIORIDADES		
1. Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares;	1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil nos próximos cinco anos, participando o Brasil da <i>Década das Nações Unidas para a alfabetização (2003-2012)</i> ;	2.1. Emancipação juvenil; 2.1.1. Incentivo permanente à educação; 2.1.2. Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda;
2. Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos [...];	2. Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito, com a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;	2.2. Bem-Estar Juvenil; 2.2.1. Promover a saúde integral do jovem; 2.2.2. Incentivar o desporto, oportunizar lazer e preservar o meio ambiente;
3. Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;	3. Oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior;	2.3. Desenvolvimento da Cidadania e Organização Juvenil; 2.3.1. Formação da Cidadania; 2.3.2. Protagonismo e Organização Juvenil ;
4. Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;	4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;	2.4. Apoio à Criatividade Juvenil; 2.4.1. Estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura; 2.4.2. Desenvolvimento tecnológico e comunicação;
5. Criar políticas universalistas que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;	5. Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego;	2.5. Equidade de Oportunidades para Jovens em condições de exclusão; 2.5.1. Jovem índio e jovem afro-descendente;
6. Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas;	6. Promover atividades preventivas na área de saúde;	2.5.2. Jovem rural;
7. Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça e etnia	7. Criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação;	2.5.3. Jovem portador de deficiência;
	8. Incentivar projetos culturais produzidos	

<p>nas mais diversas áreas [...];</p> <p>8. Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.</p>	<p>por jovens;</p> <p>9. Garantir a inclusão digital, disponibilizando computadores nas escolas e nas universidades, oferecendo cursos e viabilizando o acesso à Internet.</p>	<p>2.5.4. Jovem homossexual; 2.5.5. Jovem mulher.</p>
---	--	---

Delimitamos, assim, como lócus de atenção e reflexão para nosso estudo, o item destinado ao Protagonismo e Organização Juvenil, incluído na terceira temática do Plano. Nele vem expressa uma concepção de protagonismo em que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor.

Se o PNJ visualiza e dita um determinado jovem como sendo protagonista – ator principal – em todas as etapas de sua elaboração, concebe esse modo de ser jovem inscrito em todas as suas ações, delimitações, classificações, marcações. No documento apresentado, não consta uma relação direta entre os objetivos, as prioridades ou mesmo as temáticas posteriormente formuladas. Podemos situar, no entanto, no último dos oito objetivos propostos no Plano, uma vinculação direta com a noção de Protagonismo inscrita na terceira temática, que assim versa: “apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais”. Nas nove prioridades propostas no Plano Nacional de Juventude, consideramos duas delas como sendo articuladas à noção de Protagonismo inscrita na terceira temática, conotando a noção de *ser um ator principal*. São elas: incentivar o empreendedorismo juvenil e incentivar projetos culturais produzidos por jovens. Já no item da terceira temática, relativo ao Protagonismo, os objetivos ali propostos enfatizam a participação do jovem na formação de políticas públicas para a juventude e direcionam a abertura de espaços referenciais para a juventude no âmbito das atividades esportivas, de lazer e culturais.

No processo que articulou a produção de saberes sobre um objeto a ser investido, estudado, delimitado e governado, buscou-se também conhecer como a legislação de países

européus regem as questões da população juvenil, bem como o funcionamento e estrutura de órgãos representativos da juventude, como o Conselho da Juventude da Espanha e os Institutos da Juventude na Espanha, França e Portugal. A esse conjunto de práticas parlamentares, agregaram-se as intenções colocadas por jovens na Semana Nacional da Juventude, realizada em Brasília no ano de 2003. Disso fez-se um relatório preliminar, levado novamente para discussão em encontros regionais por todo o país, resultando, em junho de 2004, na apresentação do Plano como Projeto de Lei por parlamentares da Comissão de Juventude instituída na Câmara Federal.

Políticas Públicas para a População Juvenil: para além do ECA

O percurso feito na discussão em torno das questões juvenis nas últimas décadas no Brasil envolve a formalização de documentos oficiais, tendo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei promulgada em 1990, como um dos documentos regulamentadores. Nesse cenário, também podemos apontar o LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, e, no campo da educação, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que, em 1996, surge para regular a reforma do ensino promovida na esteira das normatizações oficiais de governo decorrentes da Constituição de 1988 que incidem direta ou indiretamente na população juvenil.

No processo de discussão e regulamentação das questões juvenis, produzem-se como efeitos a visibilização e o assujeitamento da juventude por meio de alguns segmentos da sociedade, tais como o jurídico, educacional, econômico, etc. Desencadeia-se também no país uma mobilização para a construção de políticas públicas para a juventude, com uma noção de que esta deve ir além da faixa compreendida como adolescência – categoria regulamentada pelo ECA - e tomar a concepção de que o jovem é um sujeito de direitos (Freitas, 2005). Diversos setores que divulgam a causa juvenil - ONGs, organizações públicas, privadas e

religiosas –, segundo a Organização Ação Educativa⁴, falam na ampliação do reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, não só do ponto de vista etário, como também pela necessidade de se usarem outras lógicas em ações e projetos voltados aos jovens que ultrapassem os princípios da proteção e da tutela garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como justificativa, sustenta-se o discurso de que as respostas produzidas até então para:

Garantir um desenvolvimento adequado dos sujeitos até atingir a maioridade, se mostraram insuficientes para dar conta das questões emergentes relativas aos processos de inserção e atuação no mundo social pelos que já têm mais de 18 anos (Freitas, 2005, p. 8).

É interessante assinalar a demarcação, feita nesse contexto, de que a juventude seria um “um novo problema político no país, demandando novos diagnósticos e respostas no plano das políticas” (Freitas, 2005, p. 7).

Historicamente, a construção das políticas de juventude na América Latina, segundo Abad (2002), foi, em grande parte, determinada pelo discurso referente aos problemas relativos à exclusão dos jovens da sociedade e aos desafios de lhes facilitar processos de transição e integração ao mundo adulto.

É nesse contexto que o debate social em torno da juventude, segundo Sposito (2003), vem apresentando muitas facetas, predominando, em alguns momentos, orientações dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à inserção do jovem no mercado de trabalho e à sua formação como mão-de-obra. Em outros momentos, também coexistem, nesse debate, discussões a respeito da consideração dos jovens como sujeitos de direitos (Sposito, 2003).

⁴ Organização não-governamental com sede em São Paulo. Atua nacionalmente nas áreas da educação e da juventude e foi fundada em 1994. É coordenada atualmente por Sérgio Haddad e tem Maria Virgínia de Freitas como coordenadora do Programa Juventude. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br>.

Em meio a toda essa mobilização, constatamos a instalação da Secretaria Nacional de Juventude em fevereiro de 2005, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, e, por fim, do primeiro Conselho Nacional da Juventude do Brasil, em agosto de 2005. Assim, se fortalece a discussão em voga, sobretudo a partir dos anos noventa, em torno das políticas públicas da e para a juventude.

Em fevereiro de 2006, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Gestores Municipais de Políticas Públicas para a Juventude, com o objetivo de fundar o Fórum Nacional de Gestores Municipais de Políticas para a Juventude e, com isso, ampliar na municipalidade o debate sobre o Plano Nacional de Juventude.

Em meio à instituição de todo um aparato governamental de Estado para a oficialidade e concretização de Políticas públicas para a juventude, outras organizações promovem, subsidiam e sustentam o discurso estatal com relação às questões juvenis, como no caso da Unesco. Em parecer emitido pela própria Unesco (2004) - Instituição central no fomento de pesquisas sobre a juventude –, a trajetória realizada, no que se refere às políticas públicas para a juventude ao longo do século XX, apresenta, por um lado, um enfoque setorial e desarticulado; por outro, limitações dos enfoques pretensamente universais, que acabam por beneficiar apenas os jovens integrados – segundo termo da própria Unesco – nos estratos medianos e altos da sociedade. Com um discurso que institui o jovem mais preparado e o mais apto, o documento da Unesco (2004) ao mesmo tempo justifica a inoperância das políticas públicas universais, já que delas só se beneficiariam os jovens mais preparados a entrarem no mercado de trabalho ou os mais aptos, que tiveram acesso à educação, para aproveitarem os serviços oferecidos por tais políticas. E é assim que se vê atualmente a recomendação, por parte de organismos públicos, de que as políticas sejam voltadas e elaboradas diretamente e em conjunto com a juventude, ao mesmo tempo em que se ressalta a importância de que o

enfrentamento dos dilemas vividos pelos jovens deve ser feito pelo conjunto da sociedade (Freitas, 2005).

Nas ações destinadas à população juvenil, Sposito e Corrochano (2005, p. 143) apontam três eixos que simultaneamente orientam e questionam o que vem sendo desenvolvido em termos de Brasil. O primeiro eixo remete à questão de políticas *específicas* para a juventude. Questiona-se se são necessárias políticas específicas ou se elas já não estariam contempladas em políticas *universais*, como saúde, educação, transporte e moradia. Nesse mesmo eixo, haveria também aqueles que defendem políticas da juventude apenas em ações com foco específico e, dessa forma, destinadas “apenas aos jovens em ‘situação de exclusão social’ ou em condições de ‘vulnerabilidade’”. O segundo eixo constituiria um espaço de intervenção pública de forma transversal e periférica, já que estaria inscrito no campo do lazer, de demandas culturais e “de ações que possibilitassem a real participação dos jovens, ampliando a esfera de sua cidadania”. Nesse eixo, políticas de juventude não fariam parte de políticas públicas setoriais, tais como saúde, educação, trabalho e habitação. Já no terceiro eixo, as orientações correriam por conta do “tipo de institucionalidade mais apropriado à ação nas diversas esferas do Poder Executivo”. Assim que, tanto na perspectiva das concepções de políticas de juventude a serem elaboradas, quanto na perspectiva do espaço ou foco de ação a serem instaurados, os processos percorridos com relação à elaboração das políticas têm sido múltiplos e compostos, podendo incidir sobre um ou mais eixos de discussão e orientação.

No processo de construção das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil, há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma regulação normativa da idade e dos próprios jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não apenas sofre os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nos modos hegemônicos pelos

quais a sociedade produz sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir ativamente na produção de novos sujeitos jovens (Sposito, 2003).

A criação de instituições públicas e de uma estrutura governamental é o lado mais visível da repercussão das questões juvenis no âmbito do governo e da regulação social voltados à população juvenil. O que se vê nesse contexto é uma convocação sobre o jovem, chamando-o a falar de si, para si e para a sociedade – na construção das políticas públicas. A questão se impõe: se o discurso relativo à juventude, no decorrer do século XX, foi em grande parte relativo a problemas sociais que afetam a juventude ou aos próprios jovens como problemas – sobre os quais era “necessário intervir para salvá-los e reintegrá-los à ordem social” (Abramo, 1997, p. 26) –, não seria agora este chamamento a que o jovem protagonize os debates e projetos voltados à juventude só mais uma faceta da normatização e regulação da vida juvenil, entremeada por práticas reificadoras e dicotomizantes de inclusão/exclusão social por via do integrado-não-integrado; normal-anormal; inserido-desviante; protagonista-vilão?

O Estado e o Governo de Populações

Operando de modo a tornar pensável a vida das populações, neste caso, a juvenil, o aparato governamental apóia-se em um sistema de especialistas e em tecnologias de governo que pensam e produzem modos de se comportar e agir visando a um ideal ético e a um modelo de jovem a ser prescrito e praticado. Tais modos podem ser, muitas vezes, considerados como naturais e não passíveis de discussão. O Estado, no entanto, é constituinte de um campo de racionalidades, saberes que resultam em intervenções que visam à regulação da vida de populações, em um claro exemplo de produção de saberes relacionada ao exercício de poderes. Assim, o direcionamento da análise, principalmente para o campo que, de alguma

forma, visibiliza uma confluência de forças, movimentos, opções que disputam espaços de poder em formulações de políticas públicas, fala sobre práticas sociais tomadas como necessárias para uma determinada população, ao mesmo tempo em que produzem formas de governo, práticas a partir de si, de se reconhecerem de tal modo, numa clara constituição de sujeitos. Essas práticas não são inventadas pelo próprio indivíduo. Elas são esquemas encontrados na sua própria cultura, que “lhe são propostos, sugeridos, impostos (pela) sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (Foucault, 2006a, p. 276) em jogos de verdade nos quais o “ser humano ‘problematiza’ o que ele é, o que faz e o mundo em que vive” (Foucault, 2006b, p. 198), apresentando-se “como podendo e devendo ser pensado, e em práticas a partir das quais estas problematizações se formam” (Foucault, 2006b, p. 199).

O Plano Nacional de Juventude, dessa maneira, vem inscrito em relações de poder, numa rede de dispositivos e mecanismos que utilizam tecnologias próprias aos saberes produzidos e investidos sobre a população, como, em nosso caso, a população juvenil. É nesse sentido que o Plano se sustenta em um conjunto de operações e procedimentos, como, por exemplo, pesquisas de órgãos governamentais, relatórios e pesquisas acadêmicas sobre a juventude, instaurados como mecanismos de poder em uma relação de imanência à demarcação de um campo de saber; ou seja, na medida em que se pensa no funcionamento e controle dos corpos, já se está produzindo um determinado jovem a quem esse controle será endereçado. Ao falar-se de um determinado jovem, já se está estabelecendo certo modo de controlar os corpos.

Assim, tomar o PNJ como uma estratégia de governo, no sentido dado ao governoamento por Foucault (1995, p. 244), implica considerar não apenas “as estruturas políticas e de gestão dos Estados”, mas a “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes...”, o que significa situar esse governo de pessoas na ação de “estruturar o eventual campo de ação dos outros”. É tomar o

documento como uma prática que prescreve diretrizes para o modo como os jovens se conduzem na vida e se experimentam nessa trajetória, demarcando-os em áreas específicas de ação articuladas numa relação profícua entre o exercício de poderes que se embatem e saberes que se produzem a respeito da população juvenil.

É importante assinalar que a noção de governo, para Foucault (2003), aponta para uma diversidade de forças que regulam a vida dos indivíduos, podendo relacionar-se ao espaço estatal ou não, mas não é predomínio deste, tendo-se em vista que as relações de poder se disseminam por toda a rede social e se encontram em uma multiplicidade de formas e de objetivos, buscando, sobretudo, agir sobre a conduta do outro.

Nessa perspectiva, é importante pensar o Estado não como o ponto central de onde emana todo o poder – “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p.89). O Estado situa-se em uma analítica do poder que passa, atravessa e investe em tudo o que se dispõe na sociedade, com mobilidade e dispersão, apoiando-se em pontos que se deslocam no momento mesmo em que o poder os alcança. É um poder que produz verdades, conhecimento, e que se multiplica em uma positividade que investe na população, melhorando a duração de vida, aumentando riquezas, melhorando a saúde, etc.

É desse modo que, para Foucault (2003), a arte de governar não é algo que se dá somente nos altos níveis do Estado, mas também em todos os aspectos da vida social. Na perspectiva foucaultiana, o poder também se exerce no Estado, mas não deriva dele; ao contrário, o poder estatizou-se ao abrigar-se e legitimar-se sob a tutela das instituições estatais para dirigir o modo de vida de pessoas ou populações. É um poder que se efetua no corpo, nos gestos e movimentos. É por meio de mecanismos e técnicas de poder diretamente articulados à produção de determinados saberes que, tanto no plano do indivíduo – corpo individual – quanto no das populações – corpo social –, o governo de pessoas é exercido em

políticas que compõem um campo delimitado de ação, situando a população em categorias visíveis, como é o caso da juventude, descrevendo e delimitando os seus modos de viver como foco de investimentos do Estado. Trata-se de políticas que são práticas, no sentido de exercício de luta, tensionamento de forças, resistências e afrontamentos que atuam como ação produzindo outras ações.

De acordo com Veiga-Neto (2002), Foucault nos mostra que o estreitamento do significado de governo⁵ decorreu do fato de as relações de poder terem sido progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado.

Ao discutir a arte de governar, Foucault (2003, p.280) diz:

Os governantes, as pessoas que governam, as práticas de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portanto, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado.

Para Foucault, desde o século XVIII, vivemos a era da governamentalidade, em que são as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal. Assim, o Estado, em sua

⁵ Veiga-Neto (2003) faz uma distinção entre “governo” e “governamento”: quanto a governo, chama a atenção para o significado que damos àquilo que chamamos de governo (o Governo da República, o Governo Municipal...), sendo que é essa instituição do Estado que centraliza ou toma para si a ação de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo das pessoas – a problemática apontada por Foucault nos estudos da governamentalidade - é uma questão de Governo. Já ao analisar a expressão “governamento”, o autor considera que esta é tomada por Foucault no sentido de “dirigir as condutas” de indivíduos ou pequenos grupos humanos: governar as crianças, as mulheres, a família, por exemplo.

sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 2003).

O governo se exerce por meio da criação de um tipo de racionalidade na mente de pessoas, como forma de ver e entender o mundo e, assim, pensar a existência humana. Pode-se, então, pensar nas políticas sociais em busca do protagonismo juvenil como modos de governo para dirigir a vida dessa população e também como formas pelas quais a sociedade deve passar a entendê-la. Dessa maneira, modos de governo buscam, ainda, regular a sociedade na produção de sentidos para discursos hegemônicos que darão sustentação e legitimação à forma de a sociedade lidar com essa população.

Nesse sentido, podemos entender, a partir de uma perspectiva foucaultiana, o modo como se produzem os sujeitos jovens como sendo “o resultado de uma gama de tecnologias humanas, de tecnologias que tomam modos de ser humano como seu objeto” (Rose, 2001, p.38). É aqui, possivelmente, no que concerne à analítica das tecnologias humanas, que todo esse movimento de forças conflui para a visibilidade do jovem, relacionando-o ao protagonismo social. Sobre as tecnologias utilizadas, Rose (2001, p.38) diz que são “qualquer agenciamento ou qualquer conjunto estruturado por uma racionalidade prática e governado por um objetivo mais ou menos consciente” que, de alguma forma, produz e enquadra os humanos como certos tipos de seres cuja existência é simultaneamente capacitada e governada por sua organização no interior de um campo tecnológico. Surge a questão: sob que racionalidades se sustentam as tecnologias voltadas à produção do sujeito protagonista juvenil?

No percurso feito em relação às políticas públicas para a juventude no Brasil para a concretização de elementos constituintes do governo das populações jovens, destaca-se a prescrição de ser protagonista.

Se tomarmos a noção de protagonismo juvenil como aquela que inscreve e demarca o jovem como um ator estratégico no desenvolvimento da nação, poderemos visualizar uma rede de poderes que agem, se exercem na população juvenil em sua positividade, objetivando utilizá-la “ao máximo, aproveitando suas potencialidades [...] utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (Machado, 1979, p. xvi).

Protagonismo Juvenil e o governo da população jovem

As práticas discursivas sobre juventude se articulam com a produção do protagonismo pela participação dos jovens na sociedade, situando um determinado modo de estes se reconhecerem como tal, e apresentando várias interpretações e ambigüidade na forma em que é utilizado. Os autores Ferretti, Zibas & Tartuce (2004, p. 412) apontam essa indefinição ao dizerem que o conceito de *protagonismo juvenil* se mostra “flúido e multifacetado, carregado de significado pedagógico e político, tornando-o um potencial catalisador de conflitos e um objeto fértil para estudos”. O conceito apresenta diversos modos de compreensão, dependendo das formas e processos de abordagem e do contexto dos jovens para quem é endereçado pelos projetos e programas sociais.

Se buscarmos na sua forma grega – considerando as condições e práticas sociais de uma época – a composição do termo *protagonismo*, encontraremos as palavras: *proto*, que sinalizaria o primeiro, o principal, e *agon*, que indicaria luta. Por essa via, o termo protagonista atualmente poderia ser tomado pelo sentido de lutador principal ou primeiro, ou, como correntemente é veiculado, com o sentido de personagem ou ator principal. No entanto, a focalização do jovem como ator principal vem sendo utilizada com múltiplos interesses, podendo-se, inclusive, perguntar a que serve ou em que lógica de organização social se inscreve esta noção. A concepção de protagonismo juvenil nos documentos oficiais, sobretudo nos projetos destinados aos jovens, é questionada por Sposito e Carrano (2003, p.21), que

indicam que ela aponta mais para o caráter de apelo social do que para uma análise reflexiva sobre o tema da juventude e de seu diagnóstico social. Segundo os mesmos autores, a expressão “estimular o protagonismo juvenil”, nos textos dos projetos, parece ser auto-explicativa até o momento em que nos perguntamos sobre o significado incorporado.

De modo geral, a concepção de protagonismo juvenil leva a pensar que este se concretiza quando o jovem é envolvido por iniciativa própria na busca de solução de problemas e que, em decorrência desse envolvimento, venham a ser formuladas e construídas ações relevantes e significativas no campo social (Bruel, 2003; Magro, 2002).

O conceito de protagonismo juvenil, então, vem se inscrevendo em um discurso relativo à participação social. Nesse sentido, o exercício do protagonismo compreende o jovem como um ator social que participa de espaços de interlocução política ou que os demanda com vistas à transformação social, a partir da própria experiência de vida. O jovem teria a intencionalidade de se abrir para além das fronteiras do individual, buscando atos de solidariedade e de aproximação com mundos e projetos que impulsionassem ideais de uma vida mais autônoma e livre. Nessa produção, o caráter eminentemente de coletividade é enfatizado, ultrapassando as barreiras do individualismo (Pereira, 2002; Costa, 1999, 2002).

O jovem, para ser protagonista, segundo Costa (1999, 2002), deve atuar como fonte de iniciativa, na medida em que é dele que parte a ação de liberdade, uma vez que, na origem das ações, está uma decisão consciente de um compromisso manifesto. Ainda, a disposição de responder a interesses na resolução de problemas sociais deve se apresentar como um quadro de participação genuína no contexto escolar, social e comunitário.

É possível dizer, perante a tessitura de sentidos que confluem para a noção veiculada de protagonismo, que a idéia de participação social é um dos eixos centrais colocados para a convocação dos jovens a serem protagonistas. No âmbito da Educação, a noção de protagonismo juvenil, desde 1998, vem sendo enfatizada pelos órgãos oficiais de governo na

reforma curricular do ensino médio, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, como um dos elementos centrais para se implementarem as inovações sugeridas, sobretudo no que se refere à educação para a cidadania.

Escámez e Gil (2003), em seu livro *La educación en la responsabilidad*, tratam da relação entre a educação e a responsabilidade, ou ação responsável, entendida no campo da participação cidadã para jovens. É interessante observar que, na tradução para a língua portuguesa, o livro recebeu o título de *O protagonismo na educação*, possivelmente pela equivalência que o conceito de protagonismo vem adquirindo no contexto brasileiro, com ênfase na inclusão social, na participação ativa na busca de alternativas para problemas sociais, na autonomia intelectual e moral, na solidariedade e no respeito às diferenças. Um alerta, no entanto, é feito pelos autores Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) para que tais concepções não se dêem considerando os grupos juvenis como homogêneos em relação às questões culturais e de maturidade. Da mesma forma, o alerta aponta para a condição política e histórico-social da produção de um modo de ser – ser protagonista – que vem a se tornar uma marca, posição instituída com relação aos jovens, ressaltando o risco de naturalizar-se, algo que vem sendo veiculado de forma ampla e generalizada como um modo de ser juvenil.

Diante disso, a reflexão sobre as condições e possíveis efeitos traçados no texto do documento PNJ para a governabilidade da população jovem se impõe. Encontramos grafado no documento um determinado jovem com a marca do protagonismo, que deve:

Ser reconhecido como ator social estratégico. A esta condição, articulam-se as noções de integração social, participação, capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar (PNJ, item. 2.3.2).

Se, historicamente, as ações dirigidas à população juvenil demonstravam um discurso articulado entre a categoria juventude e problemas sociais, encontramos de outro modo no discurso do protagonismo, as ações pensadas no sentido de uma intervenção da sociedade visando uma segura passagem do jovem para a vida adulta, integrando-o em uma determinada ordem social para que não seja ameaça aos modos de vida instituídos pela norma e regulação vigentes. Um outro viés de análise para o recomendado protagonismo de jovens no âmbito social são as condições que se colocam para demarcá-los em um determinado lugar que os conecta ao de *ator estratégico do desenvolvimento*. Se, dentro de uma determinada ótica, visibilizou-se a categoria juventude como um problema, parece que, a partir de novos arranjos sociais, se busca visibilizar e denominar a categoria juventude como uma solução. Em uma lógica que divide as pessoas e a população em incluídos e excluídos, da “formação de capital humano e social” (Freitas, 2005, p. 21) para enfrentar os problemas gerados por exigências de desenvolvimento assentadas em padrões econômicos globalizados e em uma racionalidade neoliberal de conformar e fomentar ações para esse objetivo, toma-se uma parte da população – os jovens – como possibilidade de solução para a exclusão social que, de outra parte, os abarca eminentemente.

É nesse ponto que consideramos procedente uma breve análise da lógica político-econômica que estrategicamente dispõe as peças em um jogo de forças e mecanismos que ditam e visibilizam os ideais do desenvolvimento, ideais estes que pensamos marcar a noção de protagonismo do jovem inscrita no PNJ ao denominá-lo *ator social estratégico*. A noção de desenvolvimento vem conectada à de progresso, instituída pela modernidade, em uma racionalidade liberal situada no projeto de emancipação humana conduzida pelo Iluminismo a partir do século XVII. Naquele contexto, reportava-se não apenas e imediatamente ao mercado de trocas, mas também a uma luta política contra o absolutismo vigente. O liberalismo de então articulava-se a um modelo de indivíduo calcado numa filosofia moral em

que a virtude da benevolência individual, somada à virtude do auto-interesse ou iniciativa pessoal, proporcionaria a prosperidade social. Segundo Bachur (2006), da tensão entre virtudes pessoais voltadas para si próprio – iniciativa pessoal – e virtudes pessoais voltadas para o *socius* – a benevolência –, emerge o mercado liberal. A questão da desigualdade, preço a ser pago pelo desenvolvimento e pela liberdade econômica e política, remete-se ao futuro, à utopia do progresso humano inscrita na filosofia da história, que vem a substituir a teologia pela razão na separação entre moral e política operada pelo Estado moderno. Pautada pela fé no progresso, a filosofia da história pressupõe um processo de formação humana, no sentido da constituição completa do ser humano e de uma suposta perfectibilidade humana, que, numa seqüência de estágios evolutivos, comporta “um processo de desenvolvimento progressivo constantemente apoiado nos avanços técnicos alcançados pelas gerações passadas, os quais, pela educação, são incorporados ao patrimônio científico e cultural dos modernos” (Bachur, 2006, p. 174). Toda essa progressão viria em busca da suposta emancipação do homem por meio da razão e na procura de um fundamento racional para o poder político. Vem daí que essa razão, tida como natural, concebeu, em termos naturais e espontâneos, a sociedade e o mercado capitalista constituído nesse período, assentando-se na utopia do progresso humano presente na ordem natural das coisas.

Em tempos contemporâneos, a lógica do liberalismo atualiza-se com o indivíduo, unidade básica da ordem social espontânea, aquela professada já na modernidade pelos liberais de então. O indivíduo deixa a tarefa de melhor descobrir quais são seus verdadeiros interesses para encarregar-se de um processo social em que todos podem igualmente participar e tentar o melhor resultado. Nessa lógica, surge uma participação social que converge para o desenvolvimento social, sem prescindir dos avanços tecnológicos. Visibiliza-se a ação de um indivíduo em face da ação dos outros indivíduos, sendo, assim, aprovado, reprovado, corrigido ou confirmado. E o arranjo que permite que pequenas esferas individuais

entrem em contato umas com as outras para a produção de efeitos sociais de longo alcance é o mercado, apoiado na propriedade privada e na troca. Sustenta-se, desse modo, o mercado como a melhor forma de assegurar o suposto aumento progressivo do conhecimento, a estabilidade da ordem e o progresso econômico e social, ao permitir que as informações adquiridas no processo de trocas econômicas sejam incrementadas por via das trocas e necessidades forjadas no mercado.

É na lógica do desenvolvimento e das ações inscritas num modelo de mercado de trocas que se investem forças políticas e econômicas na população juvenil, um possível capital a ser incrementado nesse *locus* de ação. Segundo análise realizada pela Organização Ação Educativa (Freitas, 2005), o enfoque de tomar os jovens como capital humano e social para a solução de problemas sociais tem sido bastante difundido nos últimos anos no Brasil, principalmente por agências de cooperação internacional, organismos multilaterais e fundações empresariais que vêm apoiando ações para jovens. O que se postula nessas ações é que os jovens devem ser direcionados a um protagonismo do desenvolvimento local mediante seu engajamento em projetos de ação social e pelo voluntariado. Ora, se essa concepção reconhece nos jovens potencialidades e visibilidade quanto ao seu lugar político em ações que possam gerar novas condições e arranjos em termos de sociedade, coloca-os, no entanto, na responsabilidade de resolver problemas sociais instaurados em redes e estratégias de poder por meio de práticas sociais que sustentam uma hegemonia, sobretudo nos arranjos de inclusão/exclusão, de acordo com uma lógica de governo regida pelo capital. Em crítica feita a tal concepção pelos pesquisadores da Ação Educativa⁶, é ressaltada a pouca discussão feita sobre o modelo de desenvolvimento no qual os jovens são inseridos e a ausência de menção às dimensões de força e disputa presentes em tais modelos, fazendo com que jovens sejam incorporados numa dedicação gratuita em prol do bem comum, sem problematizar os

⁶ Ver em: www.acaoeducativa.org.br.

objetivos das ações instituídas. Com ações nas áreas da saúde, educação, cultura e esportes, muitos programas governamentais vem sendo implantados em parcerias com ONGs e fundações empresariais, tomando o jovem como foco de investimentos sob a marca de ações de responsabilidade social, no apoio a programas voltados principalmente para jovens pobres, em ações de intervenção que buscam integrá-los ao mundo do trabalho. Se considerarmos que muitas dessas ações trazem novas perspectivas e possibilidades de vida para muitos jovens, importa também problematizar o apoio de muitas Fundações Empresariais a ONGs nessas ações, no sentido de que tal apoio porta em si um direcionamento com princípios e valores das empresas financiadoras, interferindo nas ações em seu aspecto de gestão, estipulando diretrizes e metas a serem alcançadas nos parâmetros da lógica da eficiência de mercado, conectando-se a um novo termo que se agrega em tempos atuais à formação de jovens para o trabalho, que seria o *empreendedorismo juvenil*, e moldando, assim, um capital humano a ser utilizado de forma mais útil e disciplinada nas instituições sociais.

É dessa forma que se fala, segundo Freitas (2005, p. 21), em “incorporar os jovens em situação de exclusão não pela ótica do risco e da vulnerabilidade, mas numa perspectiva includente”, o que aconteceria vinculando-se essa incorporação “à formação educacional e de competências no mundo trabalho”, numa clara produção de capital humano e social com fins estratégicos de incorporação numa ordem social vigente.

No Brasil, em análise realizada por Sposito e Corrochano (2005), as iniciativas governamentais em relação aos jovens estariam centradas predominantemente na constituição de um modelo de ação para jovens pobres, buscando a sua integração social ou inserção no mundo do trabalho, vinculando-se às duas prioridades voltadas ao trabalho redigidas no PNJ. Por esse viés, segundo as autoras, surgiram programas como o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e o Serviço Civil Voluntário no final da década de 90 no âmbito do governo federal.

Cabe mencionar como exemplo de ação governamental articulada a esse modelo de ação para jovens pobres, com intenção de fazê-los protagonistas em “decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar” (Cf. PNJ, item. 2.3.2), o Projeto Agente Jovem, citado acima. Esse projeto consiste em capacitar jovens empobrecidos, em temas vinculados à cidadania, saúde, cultura, meio ambiente, esporte e turismo por um período de seis meses e, em seguida, implementar projetos, direcionando-os à intervenção em suas comunidades por mais seis meses com base nos conteúdos desenvolvidos na capacitação, possibilitando, assim, a ação social juvenil. Nesse período, os jovens selecionados para participar do Projeto recebem uma remuneração em forma de bolsa de estudo e devem freqüentar a escola regular. É interessante ressaltar que, nesse projeto, aparecem claramente as noções de “integração social, participação, capacitação e a transferência de poder” (Cf texto do PNJ, item 2.3.2), noções inscritas como ideais da lógica liberal e constituinte de uma racionalidade governamental presente nos procedimentos pensados e constituídos para a população juvenil.

Conectando-se a essas noções, reitera-se, por um lado, uma concepção de que jovens pobres podem ser um problema social, visto estarem pouco integrados na sociedade; por outro, uma concepção de que, imbuindo-se da tarefa de intervir na sociedade, eles tornam-se atores sociais estratégicos ao ajudarem a resolver questões sociais em suas comunidades. Uma crítica contundente é feita ainda por Sposito e Corrochano (2005) a essas duas formas produzidas – do jovem problema e do jovem solução – a partir das ações governamentais em relação aos jovens. Reconhece-se, nesses programas, uma lógica da naturalização dos aspectos juvenis ao pressupor-se, em seus discursos, que todo e qualquer jovem em qualquer momento histórico e social seria naturalmente predisposto a provocar mudanças; de outra forma, opera-se na condição de que jovens apenas serão agentes de mudança, com voz e ações que tenham relevância na sociedade, se estas forem viabilizadas ou autorizadas por intervenção primeira dos adultos no direcionamento dos jovens.

Encontram-se, nas ações pensadas e incrementadas, certo reconhecimento e promoção social de todo o potencial juvenil, mas questionam-se a forma e os objetivos por que são constituídas ao encarregarem-se os jovens de transformações em suas comunidades, que, na maioria das vezes, se apresentam desprovidas de recursos para viabilizar alguma melhoria e relegadas a um lugar não investido nas atuações conjuntas entre Estado e sociedade civil para o bem-estar da coletividade. Seria, então, responsabilidade desse grupo populacional a condução para uma vida melhor nas comunidades?

É dessa forma que problematizamos a noção de protagonismo juvenil inscrita no PNJ. Com uma racionalidade ou regimes de pensamento centrados em autonomia, liberdade, iniciativa e participação dos jovens no meio social sustentando o Plano Nacional de Juventude, conectado à lógica liberal da economia e do mercado, a noção de protagonismo pode tornar-se muito mais um apelo à adaptação a uma ordem socioeconômica vigente do que um conceito problematizador das questões juvenis e de uma ação política frente às condições de existência que se colocam a cada tempo. É nesse sentido que Rose (1999, p. 147) aponta para a utilização dos ideais de liberdade, autonomia e desenvolvimento em modelos de programas, intervenções sociais e projetos administrativos revestidos de aspirações sociopolíticas e sonhos que objetivam a “qualidade da população, a prevenção da criminalidade, a promoção da autodependência e da capacidade de empreendedorismo”. É também nesse sentido que os humanos são governados por práticas regulatórias conectadas a um pensamento político centrado na lógica do mercado de trocas e da formação de capital.

O Plano Nacional de Juventude pode, então, mostrar-se como uma prática regulatória que opera para transformar jovens segundo determinadas formas de se conduzir, agir e pensar. Com isso, a partir dos efeitos produzidos com a protagonização de ações de desenvolvimento local e social, os jovens tornam-se sujeitos dessas práticas. Os ideais de liberdade e autonomia passam, assim, a operar no jovem, com este sendo o lócus de direitos e reivindicações

legítimas, como um ator que busca empresariar a vida e o eu como atos de sua própria escolha. É desse modo que jovens são produzidos sujeitos de políticas públicas: protagonistas na forma de ser na vida e na comunidade, em busca de mudanças sociais.

REFERÊNCIAS:

- Abad, M. (2002). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década, Viña del Mar, CIDPA*, 16, (119 – 155).
- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, São Paulo*, 5/6, (5-14).
- Abramovay, M. e Castro, M. G. (2003). *Ensino médio: Múltiplas vozes*. Brasília: UNESCO/MEC.
- Bachur, J. P. (2006). Individualismo, liberalismo e filosofia da história. *Lua Nova, São Paulo*, 66, (167 – 203).
- BRASIL (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Porto Alegre: Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente/RS.
- BRASIL (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8.742*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/estrutura_presidencia/sec_geral/arquivos/conjuve
- BRASIL (2004). *Plano Nacional da Juventude. PL 4530/2004*. Brasília: Câmara Federal.
- Bruel, A. L.O. (2003). *As reformas do ensino médio no Estado do Paraná (1998-2002): relações entre o PROEM e os projetos de protagonismo juvenil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.
- Costa, A. C. G. (1999). *O Adolescente como Protagonista In: Cadernos: Juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. v. 1. Brasília, DF.
- Costa, A. C. G. (2002). *Jovens e participação social*. Disponível em: http://www.cp.ufmg.br/Escola_Secundaria/Jovens_e_Participacao_Social.doc
- Escámez, J. & Gil, R. (2003). *O protagonismo na educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Ferretti, C. J.; Zibas, D. M. L.; Tartuce, G. L. B. P. (maio-junho/2004). *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas*, 34, n.122 (411- 423).
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1995). *O sujeito e o poder*. Em: H. Dreyfus; P. Rabinow. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense (231 – 278).
- _____. (2003). *A governamentalidade*. Em: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. (277 – 293).
- _____. (2006a). *A ética do cuidado de si como prática da Liberdade*. Em: *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense (264 – 287).
- _____. (2006b). *O uso dos prazeres e as técnicas de si*. Em: *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense (192 – 217).
- Freitas, M. V. de (Org.). (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=publ_down&y=base&z=16
- Lima, D. J. (2003). *Só sangue bom: Construção de saberes e resistência cultural como expressão do protagonismo juvenil*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. SC.
- Lyra, J.; Medrado, B.; Nascimento, P.; Galindo, D.; Moraes, M.; Pedrosa, C. (2002). “A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete”. *Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos*. *Cadernos Cedes, Campinas*, 22, n. 57 (9-21).

- Machado, R. (2003). Por uma genealogia do poder. Em: M. Foucault. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- Magro, V. M. M. (2002). Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. Cadernos Cedes, Campinas, 22, n.57 (63 –75).
- Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do eu? Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS, 26. n.1 (33-57).
- Rose, N. (1999). Inventando nossos eus. Em: T. T. da Silva (Org.). Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica (139 – 204).
- Souza, C. Z. V. G. (2003). No tecer da vida, a juventude; no tecer da juventude a vida: práticas educativas de jovens de Santo Antonio da Patrulha, em grupo de música e religião. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS.
- Sposito, M. P.; Carrano, P. (2003). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 24, (16-39).
- Sposito, M. P.; Corrochano, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. Tempo Social, São Paulo, v.17 n.2. (141 – 172).
- Sposito, M. P.; Carvalho e Silva, H. H. de; Souza, N. A. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.11 n.32 (238 – 257).
- UNESCO (2004). Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: Autor.
- Veiga-Neto, A. (2003). Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXOS

PROJETO DE LEI Nº 4530, DE 2004**(Da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude)**

Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Juventude, destinado aos jovens brasileiros com idade entre quinze e vinte e nove anos.

Art. 2º O presente Plano, constante do documento anexo, terá duração de dez anos.

Art. 3º A partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional da Juventude, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 4º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as organizações juvenis, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional da Juventude.

Parágrafo único. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência desta lei, cabendo às organizações juvenis reunidas em Conferência Nacional aprovar medidas legais que aprimorem as diretrizes e metas em vigor.

Art. 5º O Conselho Nacional de Juventude e os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Juventude empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na sua efetivação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	62
1.1 Histórico	62
1.2 Objetivos e prioridades.....	63
2. TEMÁTICAS JUVENIS	64
2.1 Emancipação juvenil.....	64
2.1.1 Incentivo permanente à educação	64
DIAGNÓSTICO	64
OBJETIVOS E METAS.....	65
2.1.2 Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda	68
DIAGNÓSTICO	68
OBJETIVOS E METAS.....	69
2.2 Bem-estar juvenil.....	14
2.2.1 Promover a saúde integral do jovem	71
DIAGNÓSTICO	71
OBJETIVOS E METAS.....	73
2.2.2. Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	75
DIAGNÓSTICO	75
OBJETIVOS E METAS.....	76
2.3 Desenvolvimento da cidadania e organização juvenil.....	78
2.3.1 Formação da cidadania	78
DIAGNÓSTICO	78
OBJETIVOS E METAS.....	79
2.3.2 Protagonismo e organização juvenil	80
DIAGNÓSTICO	80
OBJETIVOS E METAS.....	80
2.4 Apoio a criatividade juvenil.....	81
2.4.1 Estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura	81
DIAGNÓSTICO	81
OBJETIVOS E METAS.....	82
2.4.2 Desenvolvimento tecnológico e comunicação	83
DIAGNÓSTICO	83
OBJETIVOS E METAS.....	83
2.5 Eqüidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão.....	84
2.5.1 Jovem índio e jovem afrodescendente	85
DIAGNÓSTICO	85
OBJETIVOS E METAS.....	85
2.5.2 Jovem rural	86
DIAGNÓSTICO	86
OBJETIVOS E METAS.....	87
2.5.3 Jovem portador de deficiência	87
DIAGNÓSTICO	87
OBJETIVOS E METAS.....	88
2.5.4 Jovem homossexual	88
DIAGNÓSTICO	88
OBJETIVOS E METAS.....	89
2.5.5 Jovem mulher.....	89
DIAGNÓSTICO	89
OBJETIVOS E METAS.....	89
3. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO.....	90

PLANO NACIONAL DA JUVENTUDE

1. INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO

A idéia da criação do Plano Nacional da Juventude nasceu junto com a instituição da Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT), criada por Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 7 de abril de 2003, por solicitação de Parlamentares de diversos partidos políticos. Por sua vez a criação desta comissão especial reporta-se às gestões da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, ainda atuante nesta Casa Legislativa.

Desde a instalação dessa Comissão sempre houve a preocupação e o compromisso de seus membros de oferecer à juventude brasileira marcos legais que definissem os direitos dos jovens, registrassem as suas aspirações, reunissem os temas correlatos e, finalmente, sinalizassem realidades possíveis.

Os Parlamentares, integrantes da Comissão Especial, ao longo do ano de 2003 e no 1º Semestre de 2004, ouviram, num total de 33 audiências públicas, especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, notadamente os jovens. Nos encontros regionais, que somaram cerca de 5 200 participantes trataram de diferentes temas relacionados com a juventude, assim como nas audiências realizadas na Câmara Federal sobre: educação, nos diferentes níveis e modalidades; trabalho, emprego, renda e empreendedorismo; saúde, sexualidade e dependência química; cultura; esporte e lazer; cidadania e organização juvenil; capacitação e formação do jovem rural e equidade de oportunidades para os jovens em condições de exclusão (afrodescendentes, indígenas, portadores de deficiência e homossexuais).

Em setembro de 2003, alguns Parlamentares da Comissão realizaram viagem de estudos à Espanha, França e Portugal no intuito de tomar conhecimento da legislação daqueles países e, principalmente, da estrutura dos órgãos representativos da juventude como o Conselho da Juventude e o Instituto da Juventude da Espanha, o Instituto da Juventude da França e de Portugal.

De 23 a 26 de setembro de 2003, realizou-se a Semana Nacional da Juventude, com a participação de mais de 700 jovens, de 21 estados brasileiros na qual novos encaminhamentos foram agregados às conclusões dos grupos temáticos. Como resultado do trabalho desenvolvido até aquele momento, em dezembro, foi apresentado o *Relatório Preliminar* com várias sugestões para o Plano Nacional da Juventude.

Esse documento foi distribuído e discutido, no 1º semestre de 2004, nos encontros regionais realizados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal. No final de cada um dos encontros foi elaborada uma *Carta-documento* as quais serviram para enriquecer e aprimorar as propostas legislativas elaboradas pela Comissão.

Como ponto culminante de nossos trabalhos, de 16 a 18 de junho deste ano, em Brasília, foi realizada a Conferência Nacional de Juventude que reuniu cerca de dois mil jovens, entre 15 e 29 anos, de várias partes do País, com o objetivo de ouvir e debater com Parlamentares,

especialistas e representantes do Governo assuntos como meio ambiente, geração de emprego e renda e educação e encaminhar propostas para este plano. Para o bom desenvolvimento dos trabalhos, os jovens, participantes do evento, foram subdivididos em dezessete grupos temáticos, cujas contribuições vieram se somar às demais no intuito de tornar esse Plano a expressão da vontade plural da juventude brasileira.

1.2 OBJETIVOS E PRIORIDADES

O Plano tem por objetivos:

- Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos, e familiares;
- Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais - Federal, Estadual e Municipal;
- Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;
- Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
- Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;
- Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas;
- Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça e etnia nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada;
- Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

Considerando que as políticas públicas de juventude estão sendo elaboradas, que não existe, institucionalmente, órgãos de Estado com atribuições específicas para tratar de juventude como importante segmento social;

Considerando que não há previsão orçamentária específica para esse grupo, pois os programas e projetos em andamento estão com seus orçamentos atrelados aos diferentes Ministérios que desenvolvem ações voltadas para os jovens, propõem-se algumas prioridades nesse plano sobre essas questões:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos cinco anos, participando o Brasil da *Década das Nações Unidas para a alfabetização (2003-2012)*;

2. Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito, com a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
3. Oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, disponibilizando computadores nas escolas e nas universidades, oferecendo cursos e viabilizando o acesso à Internet.

2. TEMÁTICAS JUVENIS

2.1 EMANCIPAÇÃO JUVENIL

2.1.1 Incentivo permanente à educação

DIAGNÓSTICO

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, iniciava afirmando que na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional.

Este é um plano nacional de juventude e não deixa de ser um plano em construção, pois vem sendo concebido com a participação de vários atores sociais. Em todas as audiências públicas, seminários e encontros regionais, a temática *educação* recebeu destaque especial, pode-se dizer até que à educação foi atribuída maior responsabilidade social do que para as demais áreas do conhecimento. É das instituições de ensino que a sociedade espera a tarefa de formar o cidadão de maneira integral.

A Educação tem uma seção na Constituição Federal, uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e um Plano Nacional de Educação que a norteiam no País. É uma temática consolidada, diferente da temática Juventude que ainda prescinde de textos legais e de acolhimento no texto constitucional.

Pesquisa inédita feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), chamada de Perfil da Juventude Brasileira, entrevistou 3501 jovens com idade entre 15 e 24 anos, revelando que o interesse da juventude está focado em temas como educação e

emprego. Ir à escola, fazer vestibular e cursar uma faculdade lideram o foco de interesse dessa faixa etária, em 38% dos entrevistados.

O Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou dados do relatório 2003 em que o Brasil é o quinto país do mundo com maior percentual de jovens em sua população. São 51 milhões entre 10 e 24 anos (30% do total de habitantes), sendo que 8 milhões de adolescentes têm baixa escolaridade. Ou seja, eles estão, pelo menos, cinco anos atrasados na série escolar em relação à idade. Revelou ainda o relatório que 3,3 milhões de adolescentes não freqüentam a escola.

O Censo Demográfico 2000, do IBGE, constatou que das 53.406.320 pessoas que freqüentavam uma instituição escolar, incluído as creches, 17.570.412 são jovens na faixa dos 15 aos 29 anos, ou seja, 32,91% da população escolarizada.

O Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003, da UNESCO, analisando a situação dos jovens do Brasil (15 a 24 anos) quanto à escolarização, concluiu que o percentual dos que freqüentam a escola é inferior a 50% na maior parte das Unidades Federadas. A freqüência à escola diminuiu, sobretudo com o aumento da faixa etária, em todas as Regiões e Estados. O ensino médio é o que apresenta maior distorção idade-série, quando a educação básica é analisada em seu conjunto.

O Brasil é um país de poucos portadores de diplomas universitários, concentrados numa elite: apenas 6,8% da população com mais de 25 anos concluiu a educação superior. Segundo dados do IBGE, a região Sudeste, a mais rica do País, concentra 59,7% dos portadores de diplomas e os brancos têm quatro vezes mais acesso ao ensino superior que os pretos, pardos e indígenas. No ensino superior, embora tenha crescido a oferta de cursos, apenas 60% dos alunos matriculados pertencem à faixa etária entre 18 e 24 anos. No momento, discute-se a reforma universitária, que propõe a concessão de bolsas de estudo para alunos oriundos das escolas públicas e o sistema de cotas para afrodescendentes e indígenas.

Alguns números sobre os jovens revelam a necessidade da implantação imediata de políticas públicas de juventude: 1,3 milhão de analfabetos; 17,5 milhões não freqüentam a escola e desses apenas 5,3 milhões concluíram o ensino médio; 24 milhões não têm escolarização adequada e 6,6 milhões a têm defasada, com distorção da idade/série. Os programas educacionais para jovens e adultos não têm apresentado a flexibilidade pedagógica necessária, deixando de ser atraentes para uma população que enfrenta várias adversidades. A educação profissional clama por atenção e medidas reformuladoras.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de educação;
2. Elevar os níveis percentuais do PIB no financiamento da educação para 10%;
3. Garantir a universalização do ensino médio;

4. Erradicar o analfabetismo em geral, e, especialmente, da população juvenil com a participação dos jovens nos programas governamentais;
5. Ampliar a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos;
6. Facilitar o acesso à universidade mediante a ampliação da rede pública de educação superior;
7. Implementar as diretrizes operacionais para a educação básica no campo;
8. Melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio;
9. Criar o Fundo Nacional para o Ensino Médio;
10. Criar escolas de ensino médio nas cidades com população acima de 30.000 habitantes;
11. Garantir o financiamento estudantil, no ensino superior, e pós-graduação tanto para o pagamento das mensalidades, como para a manutenção dos estudantes, oferecendo-lhes diferentes opções de custeio;
12. Ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos, em todos os níveis de ensino, a fim de facilitar o acesso do jovem trabalhador à educação formal;
13. Construir escolas técnicas em todas as Regiões do País, melhorando a quantidade e a qualidade dos equipamentos pedagógicos das já existentes;
14. Criar um fundo para a Educação Profissional;
15. Criar escolas técnicas agro-florestais;
16. Articular ações de educação profissional e educação básica, buscando a elevação do nível de escolaridade e concebendo a educação profissional como formação complementar à educação formal. Para tanto, ressalta-se a importância de parceria, com intermediação governamental, entre a escola e as instituições de educação profissional;
17. Criar políticas de apoio às famílias, a fim de garantir-lhes renda suficiente para manutenção do jovem na escola regular ou em cursos técnicos;
18. Ampliar o número de matrículas de jovens na educação profissional, nos níveis de aprendizagem/técnico, promovendo maior integração entre os níveis;
19. Criar mecanismos que garantam recursos para financiamento de programas de educação profissional de bolsas de estudos para jovens;
20. Fortalecer as escolas técnicas federais e estaduais, promovendo a reformulação curricular dos programas oferecidos e a utilização de estrutura instalada, mediante a prática de gestão participativa;
21. Articular a imediata reforma da universidade, integrada a um Plano Nacional de Extensão, ampliando o acesso, ofertando cursos noturnos, ampliando as bibliotecas e a inclusão digital e prestando assistência estudantil como alimentação, moradia e transporte;
22. Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, como o associativismo, o cooperativismo e o conhecimento da organização da produção, meio ambiente, História da África e da cultura afrobrasileira no ensino fundamental; e sociologia, filosofia, cidadania e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nos currículos regulares do ensino médio;

23. Garantir a inclusão de temas relativos a consumo de álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids) e planejamento familiar nos conteúdos curriculares dos ensinos fundamental e médio;
24. Garantir o acesso ao ensino superior dos alunos oriundos da escola pública;
25. Criar universidades na área rural;
26. Ampliar o programa do livro didático para os alunos da educação básica da rede pública de ensino;
27. Ofertar educação de qualidade, com formação inicial e continuada dos trabalhadores em educação e com garantia de condições físicas para que as escolas possam ser espaços de convivência;
28. Incluir a temática "juventude" nos conteúdos curriculares dos cursos de formação de professores;
29. Promover a capacitação profissional dos educadores, preparando-os para lidar com a diversidade, e criar espaço nas escolas para debater o tema relacionado com a inclusão social dos diferentes segmentos juvenis;
30. Exigir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações educativas, com capacitação contínua de docentes e aparelhamento e manutenção das instalações da escola;
31. Assegurar a oferta do programa de transporte escolar para os alunos da rede pública, tanto da educação básica quanto da educação superior, especialmente no meio rural;
32. Garantir a participação dos jovens no processo de eleição para diretor e reitor, respectivamente, das escolas de educação básica e de educação superior;
33. Disponibilizar a orientação vocacional e informações sobre as profissões para o ensino médio da rede pública;
34. Incluir, no modelo de escola pública, a alimentação, o transporte escolar, a assistência médica-odontológica, psicológica, bem como a assistência social;
35. Criar mecanismos eficazes de fiscalização dos fundos públicos destinados à educação;
36. Garantir o acesso de jovens com dificuldades econômicas aos cursos preparatórios ao vestibular;
37. Revogar o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 (Educação profissional) da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional⁷;
38. Revogar a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 que altera dispositivos da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários, oferecendo nova redação ao art. 56, para que a votação seja paritária, favorecendo a gestão democrática e autonomia das instituições públicas de educação básica e superior.

⁷ O Decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

2.1.2 Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda

DIAGNÓSTICO

Segundos dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), do IBGE, em 2002, a População em Idade Ativa (PIA)⁸ brasileira era de 140.353.001, sendo que 86.055.645 integravam a População Economicamente Ativa (PEA). Desse total, 75.458.172 estavam ocupados e 10.597.473 desocupados.

A PNAD indica ainda que, em 2002, existiam, no Brasil, 47.264.373 pessoas entre 15 e 29 anos, que representam cerca de 33% da PIA nacional, sendo que 22,94% são economicamente ativas, correspondendo a 37,42% da PEA.

O contingente de jovens desocupados, em 2002, alcançou a 4.866.896 pessoas, ou 45, 93% da PEA desocupada. Eis aí o grande problema que aflige a população jovem do nosso País.

Esse problema atinge a todos, porém apenas mais o segmento juvenil em vista da sua falta de experiência profissional, item usado como critério de desempate na seleção entre duas ou mais pessoas a procura de emprego.

As causas do desemprego juvenil são várias, tendo como principal a recessão econômica que castiga o País há mais de duas décadas. Todavia o Poder Público não pode esperar pela recuperação econômica para resolver o problema do desemprego juvenil, visto que a falta de ocupação e o subemprego, muitas vezes, resulta na marginalidade que encoraja a delinquência nas periferias das metrópoles brasileiras.

Para resolver tais problemas, o Poder Público deve agir no sentido de criar programas de geração de emprego e renda para os jovens, a exemplo do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, criado pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, bem como incentivar o empreendedorismo juvenil na forma de instituição de linhas de crédito especiais para esse segmento da população.

É mister ainda que o Governo realize uma ação implacável e eficaz com relação ao contrato de aprendizagem criado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que obriga os estabelecimentos de qualquer natureza, exceto as microempresas e as empresas de pequeno porte, a empregar e a matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAT, SENAR) número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Se essa lei fosse realmente cumprida, estima-se que haveria vagas para, pelo menos, 1 milhão de jovens entre 14 e 16 anos no mercado de trabalho brasileiro.

A fiscalização do Estado também deve agir no sentido de apurar a fiel aplicação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, pois, em muitos casos, a ocupação com características de emprego é camuflada de estágio. São jovens exercendo as mais variadas atividades nas empresas sem qualquer relação com a sua formação, desvirtuando o objetivo da lei que é de proporcionar experiência prática na linha de capacitação acadêmica do estagiário.

⁸ Pessoas com mais de 10 anos de idade.

Outra causa importante do desemprego entre os jovens é a baixa escolaridade, pois quanto menor a escolaridade, maior a precariedade do trabalho oferecido aos jovens.

Assim, uma das principais soluções para o problema do desemprego juvenil, ao lado do crescimento econômico, é a retomada da qualidade do ensino público fundamental e médio, que realmente capacitará o jovem para sua inserção no mundo do trabalho.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas nas áreas de trabalho, emprego e renda;
2. Ampliar a permanência do jovem na escola, a fim de que ele possa cursar o ensino público regular até a conclusão de cursos de ensino médio, de educação superior ou de educação profissional;
3. Oferecer ao jovem programas de bolsa-trabalho, na qual as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento social do beneficiário prevaleçam sobre o aspecto produtivo exigido;
4. Instituir um plano de formação continuada, por meio de cursos de curta, média e longa duração organizados em módulos seqüenciais e flexíveis, que constituam itinerários formativos correspondentes a diferentes especialidades ou ocupações pertencentes aos vários setores da economia;
5. Instituir regulamentação especial do trabalho do jovem, que respeite as necessidades e demandas específicas da condição juvenil dentre as quais a garantia de horários para a educação, atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer;
6. Garantir reconhecimento legal dos cursos de qualificação profissional – mediante o fornecimento de créditos e certificação de formação profissional reconhecidos pelo Ministério de Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – e vinculá-los aos processos regulares de ensino, a fim de que sejam considerados pelas empresas nas negociações, convenções e contratos coletivos;
7. Reabrir o debate sobre o art. 432 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Aprendizagem), de modo a rever a permissão para a realização de jornadas de trabalho de oito horas diárias quando o aprendiz tiver completado o ensino fundamental;
8. Vincular o planejamento das políticas de emprego e formação profissional às políticas regionais de desenvolvimento econômico e social criando controles permanentes das situações de emprego e de formação com gestão pública e participação multipartite;
9. Priorizar uma formação profissional progressiva e contínua visando à formação integral do jovem quanto à escolaridade, à profissionalização e à cidadania, de modo a garantir-lhe o efetivo ingresso no mundo do trabalho, nos mercados locais e regionais;
10. Instituir fóruns estaduais sobre aprendizagem e formação profissional;

11. Estabelecer mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional por meio de conselhos nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal de juventude, utilizando seus respectivos fundos;
12. Definir política de qualificação profissional, garantido a formação socioeducativa com ênfase em: formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil;
13. Incluir, nos programas de formação profissional, jovens que cumpram medidas socioeducativas;
14. Diagnosticar diferentes experiências de profissionalização de jovens para expansão das iniciativas bem sucedidas e articulação das ações;
15. Incentivar a organização de cooperativas de trabalho como fonte geradora de renda;
16. Promover programas de formação em associativismo e cooperativismo;
17. Garantir a formação profissional de jovens da zona rural, com gestão participativa dos atores sociais nela envolvidos, de forma a possibilitar a organização da produção no campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do acesso à cultura;
18. Articular políticas de formação profissional como as voltadas ao primeiro emprego e à renda, estabelecendo cotas para afrodescendentes e mulheres;
19. Ampliar o envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando à geração de oportunidades de trabalho aos jovens;
20. Intensificar a fiscalização e a aplicação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (*Lei do Estágio*), a fim de evitar o uso abusivo, pelas empresas, das contratações de estagiários;
21. Aumentar a alocação, em depósitos especiais remunerados nas instituições financeiras oficiais federais, do valor autorizado para a implementação do PROGER - Jovem Empreendedor, de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) para R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme dispõe a Resolução nº 339, de 10 de julho de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT);
22. Considerar, para efeito da Linha de Crédito Especial denominada Proger - Jovem Empreendedor, no âmbito do Programa de Geração e Renda - PROGER - urbano, os empreendedores até vinte e nove anos;
23. Desburocratizar o acesso aos microcréditos para jovens, mediante projeto ou plano de negócios;
24. Aumentar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAR) destinados à qualificação dos jovens;
25. Acompanhar e monitorar os jovens que se beneficiam dos programas públicos de emprego e renda;
26. Reformular o funcionamento dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (*Sistema S*) visando disponibilizar dez por cento das vagas dos seus cursos para o atendimento gratuito aos jovens não aprendizes com dificuldades econômicas;

27. Promover ações que visem à interiorização do turismo com base na economia solidária, aproveitando a mão-de-obra juvenil;
28. Promover intercâmbio dos países interessados em mão-de-obra especializada, assinando convênios que possibilitem a geração de empregos e de estágios para jovens brasileiros no exterior;
29. Reduzir a jornada de trabalho, sem prejuízo do salário, e as possibilidades legais para a realização de horas extras, objetivando a geração de postos de trabalhos;
30. Desburocratizar e facilitar a constituição das cooperativas;
31. Estimular e promover as redes de economia solidária, nas quais serão privilegiadas a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas;
32. Disponibilizar cursos de formação profissional para os jovens portadores de deficiência;
33. Estimular o trabalho social remunerado no campo;
34. Fomentar a formação e a consolidação de pólos de encubadoras de empresas de base tecnológica e de empresas-juniores, nas instituições de ensino superior e de educação profissional;
35. Promover o turismo sustentável e reprimir a prática do turismo sexual, notadamente visando crianças e adolescentes;
36. Ampliar o serviço voluntário nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

2.2 BEM-ESTAR JUVENIL

2.2.1 Promover a saúde integral do jovem

DIAGNÓSTICO

Os problemas de saúde mais prevalentes entre os jovens são um misto de fatores psicossociais, ligados à sexualidade, à violência e/ou abuso de drogas. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Juvenil 2003, da UNESCO *se a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100.000 habitantes em 1980, para 573 em 2000, a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para 133 no mesmo período, fato já altamente preocupante. Mas a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os “novos padrões de mortalidade juvenil”. Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (...) mostram que as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas , progressivamente, pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente, os acidentes de trânsito e os homicídios.*

Os padrões de morbidade entre os jovens identificados pelo Ministério da Saúde (dados de 2001) são muito diferentes para os dois sexos. A maior causa de internações do sexo masculino, de 10 a 24 anos (24,53% em 2001) é devida a lesões, envenenamento e conseqüências

de causas externas. Já as mulheres da mesma faixa etária são internadas em 77,28 % das vezes em virtude de gravidez, parto e puerpério:

Gravidez na adolescência – segundo o IBGE, de 1980 a 2000, aumentou em 15% o índice de gravidez na adolescência na faixa de 15 a 19 anos. Essa é a única faixa etária que vem apresentando aumento de fecundidade no País. Isso é mais evidente nas camadas mais pobres da população. Cerca de 700 mil mulheres de 10 a 19 anos tornam-se mães a cada ano, 26% do total de partos são feitos em mulheres desta faixa etária.

Abortos – são internadas, por dia, quase 150 adolescentes entre 10 e 19 anos em virtude de abortos provocados. Essa é a quinta maior causa de internação de jovens em unidades do Sistema Único de Saúde. Dois fatos preocupantes são a tendência de fazer abortos em estado adiantado de gravidez, quando os riscos são muito maiores, e a grande tendência de engravidar novamente.

Aids – de 1980 até 2002 foram registrados quase 5.600 casos em adolescentes de 13 a 19 anos, sendo que as meninas constituem 63% desse grupo. A faixa etária mais acometida pela doença é a de 25 a 35 anos, porém o vírus HIV pode permanecer silencioso no organismo por até dez anos.

No *Fórum Nacional de Adolescentes Vivendo com o HIV*, promovido, recentemente, pela Unicef e pelo Programa Nacional de DST/AIDS, um relato bastante comum foi a discriminação e o preconceito no seio de suas próprias famílias e das escolas. Levantou-se a dificuldade da adesão ao tratamento da doença, especialmente para os que não apresentam sintomas. Uma das grandes reivindicações é adaptar serviços de atendimento específicos para os jovens, além da formação de grupos de adolescentes e o envolvimento de nutricionistas e psicólogos nas equipes de atendimento.

Foi salientada a necessidade de apoio às famílias, inclusive financeira, pois até o deslocamento para a unidade de saúde pode ser difícil. O incentivo à prática de esportes, que ajuda a reduzir os efeitos colaterais da medicação, também apareceu como uma reivindicação bastante presente:

Violência – cerca de 70% dos óbitos na faixa de 15 a 24 anos são resultantes de causas externas. Um estudo mostrou que 53% dos pacientes atendidos por acidentes de trânsito na emergência do Hospital das Clínicas em São Paulo apresentaram índices de alcoolemia superiores aos permitidos pelo Código de Trânsito Brasileiro. A maioria deles era do sexo masculino e tinha idade entre 15 e 29 anos.

A relação entre uso de drogas e acidentes ou situações de violência demonstra a exposição das pessoas a comportamentos de risco. Nos últimos oito anos, acidentes e violência são a primeira causa de morte no grupo de 10 a 49 anos de idade:

Consumo de álcool – dados do DATASUS de 2001 mostram 84.467 internações para tratamento de problemas relacionados ao uso do álcool, em todas as faixas etárias. O custo estimado para o Sistema Único de Saúde foi de mais de 60 milhões de reais.

Uso de drogas – o número de internações em 2001 em virtude do uso de outras drogas que não o álcool foi quatro vezes menor daquelas devidas ao alcoolismo.

Pesquisa do Ministério da Saúde, em parceria com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, em junho de 2002, mostrou que as drogas mais utilizadas eram álcool, maconha e cola. Em seguida, em proporção muito menor, cocaína, crack e drogas injetáveis. Estima-

se que existam cerca de 800.000 usuários de drogas injetáveis no País, a maioria jovens entre 18 e 30 anos de idade. O início do consumo de drogas injetáveis se dá por volta dos 16 anos. 85% destes usuários fazem uso de droga em grupo. A maioria não terminou o primeiro grau. As taxas de infecção são altas no grupo: hepatite C, 56,4% e HIV, 36,5%, sendo que 80% destes jovens já foram presos alguma vez e 23% já procuraram tratamento para dependência química.

Uma questão relevante é o empobrecimento da população, que coloca o tráfico de drogas como opção atrativa de geração de renda e de oferta de proteção. Outro ponto importante a enfatizar é o reconhecimento do princípio de redução de danos como abordagem válida, sem impor a abstinência imediata e incentivando o usuário à mobilização.

Deve se ter em mente que os fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas são características do indivíduo, seu grupo ou ambiente social. Incidem, no caso, além do consumo de álcool e outras drogas pelos pais ou família, além de isolamento social ou falta do elemento paterno, baixa auto-estima, falta de autocontrole e assertividade, comportamento anti-social precoce, doenças preexistentes como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e vulnerabilidade psicossocial". Também contribuem a rejeição sistemática a regras ou práticas organizadas. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde ressalta como fatores de proteção "a existência de vinculação familiar, com o desenvolvimento de valores e o compartilhamento de tarefas no lar, bem como a troca de informações entre os membros da família sobre suas rotinas e práticas diárias, o cultivo de valores familiares; regras e rotinas domésticas também devem ser consideradas e viabilizadas por meio da intensificação do contato entre os componentes de cada núcleo familiar".

O uso cada vez mais precoce e mais intenso de substâncias psicoativas, inclusive do álcool, é uma tendência observada em todo o mundo. Muitos estudos apontam o crescimento do consumo de álcool entre os jovens. Dentre as chamadas "drogas lícitas", o tabaco e o álcool são as mais consumidas em todo o mundo, e as que mais causam conseqüências e despesas para os sistemas de saúde de todo o mundo. Na rede pública de ensino, o uso de drogas psicotrópicas entre estudantes aumentou significativamente entre 1987 e 1997. O uso de solventes e de maconha é comum nas camadas mais pobres.

Um fato importante na pesquisa do Ministério da Saúde é que "em verdade, a escola é o ambiente em que boa parte (ou a maioria) destes fatores pode ser percebida". Uma política que merece ser considerada é a de redução dos danos causados, na perspectiva de minimizar os efeitos nocivos diretos ou indiretos do uso de drogas.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de saúde;
2. Criar espaços específicos para atendimento dos jovens nas unidades de saúde e atendimento em horários compatíveis com o trabalho e a escola;
3. Enfatizar o trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde dos jovens;
4. Exigir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações de saúde voltadas à população jovem;

5. Ampliar programas de saúde reprodutiva e prevenção da gravidez precoce;
6. Garantir a destinação de recursos para a Secretaria Nacional Anti-Drogas;
7. Promover atividades instrutivas preventivas para a comunidade jovem;
8. Enfatizar, no currículo dos profissionais de saúde, a formação sobre sexualidade, especialmente do jovem, reforçando a estrutura emocional destes atores;
9. Capacitar os profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas;
10. Estimular os professores e profissionais de saúde a identificar a ingestão abusiva e a dependência de álcool, em vez de diagnosticarem apenas as doenças clínicas decorrentes, que são de ocorrência tardia;
11. Valorizar as parcerias com as igrejas, associações, organizações não governamentais na abordagem das questões de sexualidade e uso de substâncias entorpecentes e drogas entre os jovens;
12. Rever a legislação sobre bebidas alcoólicas e inserir a cerveja nesta relação, restringindo a propaganda das mesmas em horário nobre;
13. Inserir, nos rótulos das bebidas alcoólicas, principalmente a cerveja, uma tarja de advertência alertando sobre os males do consumo excessivo de álcool;
14. Considerar a veiculação de campanhas educativas e de contra-propaganda a respeito do álcool como droga e como problema de saúde pública;
15. Rever a legislação a respeito do usuário de substâncias entorpecentes e de drogas;
16. Articular as instâncias de saúde e justiça no enfrentamento das questões de drogas;
17. Estimular estratégias de profissionalização, de apoio à família e de inserção social dos usuários de drogas;
18. Adotar, especialmente no ambiente escolar, medidas mais efetivas contra o comércio de drogas como forma de coerção à violência e de proteção aos jovens;
19. Tornar mais rígida a restrição do uso de esteróides anabolizantes, permitindo-se o seu uso sob rigoroso controle médico;
20. Traçar estratégias de enfrentamento que contemplem as vulnerabilidades individuais;
21. Rever a legislação trabalhista que permite dispensa por justa causa do empregado por embriaguez habitual;
22. Aumentar a tributação sobre as drogas lícitas, revertendo a arrecadação para programas de combate ao uso de todas as drogas;
23. Desenvolver projetos que valorizem a cultura da periferia, onde os jovens são mais vulneráveis à criminalidade e ao tráfico;
24. Instituir programas públicos que beneficiem os jovens infratores em sua recuperação;
25. Implementar um serviço público de informação por telefone que possibilite aos jovens se informarem sobre saúde, sexualidade e dependência química;

26. Disponibilizar, no Sistema Único de Saúde, os exames de HIV e DST, informando aos jovens sobre os mesmos por meio de campanhas de prevenção;
27. Garantir que o jovem não seja exposto a substâncias e produtos tóxicos que possam causar danos à sua saúde, a pequeno, médio e longos prazos;
28. Conscientizar o jovem sobre sua sexualidade;
29. Criar programas que ampare os jovens, vítimas de abuso sexual.

2.2.2. Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado

DIAGNÓSTICO

O acesso ao esporte de participação ou lazer é uma reivindicação muito presente por larga parcela da Juventude, na medida em que sua oferta tem um efeito direto sobre a diminuição da criminalidade.

Com relação ao esporte educacional, há necessidade de uma abordagem pedagógica, nos termos dos parâmetros curriculares nacionais para a Educação Física, definidos pelo Ministério da Educação. Há ainda a exigência de criação e melhoria de infra-estrutura esportiva das escolas. Segundo dados do Ministério do Esporte, a média nacional é de uma quadra para 5,24 escolas públicas.

Infra-estrutura esportiva Escolas de ensino fundamental

Esfera federativa	com quadra	sem quadra	Total
Município	12.739	108.597	121.336
Estado/DF	16.534	15.782	32.316
União	37	7	44
Privada	10.858	7.954	18.812
Total	40.168	132.340	172.508

Fonte : Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional -2003

A prática do esporte cria círculo virtuoso, como demonstra a experiência do Instituto Ayrton Senna, onde a reprovação e a evasão diminuem e o desempenho aumenta, por parte dos alunos que se iniciam nas atividades esportivas.

A atividade esportiva é disciplinada pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé. Esse diploma reafirma a condição do esporte de direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar práticas desportivas formais e não formais (art.2º,V). São consideradas manifestações desportivas:

desporto educacional - praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes. Sua finalidade é alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

desporto de participação (e lazer) - praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei Pelé e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e essas com outras nações.

O art. 29, §7º, V da referida lei (com redação dada pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003), exige que a entidade formadora, para fazer “jus” ao ressarcimento dos custos de formação, ajuste o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar.

Aos menores de 16 anos é vedada a prática do profissionalismo (art. 44, III). O atleta não profissional em formação, maior de 14 e menor de 20 anos (art. 29, §4º), poderá receber auxílio financeiro sob a forma de bolsa de aprendizagem, sem vínculo empregatício.

A Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva, inseriu dispositivo na Lei Pelé, destinando para o esporte 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares. Desses recursos, gerenciados pelos Comitês Olímpico (COB) (85%) e Paraolímpico (CPB) (15%), sob a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), são subvinculados 10% ao esporte escolar e 5% ao esporte universitário (art. 56, §2º) considerando as projeções feitas para o exercício de 2003 (47,4 milhões para o COB e 8,4 milhões para o CPB), ao esporte escolar seriam destinados cerca de 5,58 milhões e ao universitário, cerca de 2,79 milhões de reais.

Essa lei prevê que os sistemas de ensino de todas as esferas, assim como as instituições de ensino superior, definam normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar. A Lei Agnelo/Piva deve se compatibilizar com o art. 24, VI da LDB, ou seja, continua valendo a exigência de frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área do desporto, do lazer e do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
2. Realizar diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos no Brasil;
3. Criar, nos orçamentos públicos destinados ao desporto, núcleos protegidos contra o contingenciamento ou o estabelecimento de reserva de contingência;
4. Adotar lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que evitem a centralização de recursos em determinadas regiões;

5. Garantir que em cada escola com duzentos alunos, ou conjunto de escolas que agreguem esse número de alunos, seja construída uma quadra poliesportiva, que poderá ser utilizada, gratuitamente, pela comunidade nos fins-de-semana;
6. Instituir novas modalidades de prática desportiva nas escolas, como basquete, vôlei, handball, danças, lutas, jogos, recreação, natação; e elaborar programas para esportes não convencionais, como: patins, *skate*, *rapel*, *mountain-bike*;
7. Fomentar a aquisição de equipamentos comunitários para a prática de esportes não-convencionais e outras atividades de lazer e similares;
8. Promover campeonatos e incentivar a prática desportiva do xadrez nos Municípios e nos Estados;
9. Criar áreas de lazer nas praças públicas, que possibilitem a realização de gincanas promovidas pelos próprios moradores da comunidade, com subsídios públicos;
10. Incentivar a criação de infra-estrutura esportiva para os povos indígenas, respeitando sua cultura, com avaliação e acompanhamento de profissionais da área esportiva e de saúde;
11. Priorizar o desporto de participação;
12. Dinamizar a prática da educação física, por meio da qualificação dos professores, diversificando as modalidades esportivas;
13. Promover torneios esportivos municipais, estaduais e nacionais sob a denominação de "*Jogos de Verão da Juventude*";
14. Redistribuir a arrecadação tributária com a finalidade de criar o Fundo Nacional do Desporto;
15. Capacitar os dirigentes de entidades esportivas, visando à regularização de suas entidades e o acesso aos recursos federais;
16. Incentivar o esporte na escola rural;
17. Propor programas que intensifiquem as relações sócioambientais e proporcionem melhor qualidade de vida a todos os jovens, em um ambiente natural ecologicamente equilibrado e socialmente sadio;
18. Fomentar a constituição de organizações não-governamentais que atuem na interconexão entre juventude e meio ambiente;
19. Expandir a inclusão e a criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente nos Estados/Municípios;
20. Estimular a geração de projetos de Agenda XXI Jovem;
21. Proporcionar aos jovens, educação ambiental com ênfase no manejo agrícola;
22. Promover o reaproveitamento das águas e a reciclagem do lixo, com o objetivo de gerar emprego e renda.

2.3 DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA E ORGANIZAÇÃO JUVENIL

2.3.1 Formação da cidadania

DIAGNÓSTICO

Hoje ser cidadão é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta melhores condições de realização pessoal e coletiva com base nas conquistas alcançadas pela humanidade, sendo-lhe garantindo o acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Cabe principalmente nesse conceito o respeito ao outro, quanto às suas escolhas e singularidades, seu credo, sua condição e opção sexual, política e filosófica.

Na obra *Juventude e Cidadania*, de Ferreira e Avelato (2000) vê-se que foi a partir de 1984, no movimento por eleições diretas que o tema cidadania ganhou maior relevância nas discussões da sociedade civil. Naquele momento, era o direito à participação política que se sobressaía. Mas, as discussões tomaram outras dimensões e os direitos dos idosos, dos negros, dos homossexuais, das mulheres, dos portadores de deficiência, das crianças começaram a ser consolidados. O reconhecimento das identidades coletivas, o direito dos grupos de verem admitidas socialmente suas especificidades, o direito à diferença sem as distorções de segregação e exclusão passou a se chamar: pleno exercício da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 afirma em seu art. 2º: *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

A Revista Época (09/2000) e o Instituto Indicador de Opinião Pública promoveram, no ano de 2000, uma pesquisa destinada a retratar a juventude do Brasil, tomando como base o jovem de 18 anos das regiões metropolitanas de cinco capitais: Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. A amostra permeou distintos segmentos sociais (classes A a E), em proporções fiéis ao perfil sociodemográfico do País, mostrando-se ainda atual.

São jovens otimistas em relação ao futuro, já que 91% deles acham que alcançarão condições iguais ou melhores que seus pais. Mas o desemprego é apontado por 67% deles como o problema mais grave da Nação, sendo o maior temor em todas as categorias pesquisadas, à frente até mesmo da AIDS. Em segundo lugar vêm a violência (60%), seguida, em terceiro, pela pobreza (54%) e pela corrupção, em quarto lugar, com 41% das respostas.

A Revista Veja (06/2004) publicou estudo *Perfil da Juventude Brasileira* patrocinado por várias instituições, tendo à frente o Instituto Cidadania, com 3500 pessoas de 15 a 24 anos de 198 cidades, em que os assuntos que mais interessam aos jovens são por ordem de preferência: educação, carreira profissional, cultura e lazer e as maiores preocupações são: violência, emprego, drogas, educação e saúde.

De acordo com um mapeamento da violência no País, recém-lançado pela Unesco, os homicídios respondem por 40% dos óbitos entre os jovens de 15 a 24 anos, enquanto no restante da população essa taxa é de 3,3%.

A referida pesquisa aponta dentre os assuntos que os jovens gostariam que fossem discutidos pela sociedade em geral: educação, desigualdade e pobreza, drogas, política e racismo sendo que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é percebida pelos jovens como principal componente negativo de sua condição juvenil junto ao tema da violência.

O intervalo de quatro anos entre uma pesquisa e outra, não alterou as demandas, as preocupações e os interesses da juventude brasileira.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de cidadania;
2. Criar mecanismos que possibilitem aos jovens se informarem sobre políticas públicas e se apropriarem das oportunidades e ofertas geradas por sua implementação;
3. Estimular, em qualquer área de atuação, a participação ativa dos jovens em benefício próprio, de suas comunidades, cidades, regiões e do País;
4. Assegurar o respeito à livre manifestação de crença e culto religioso e, na escola, garantir que na disciplina ensino religioso os princípios de todas as religiões estejam contemplados;
5. Criar políticas de acesso ao trabalho e à educação, incluindo o perfil da garantia da pluralidade;
6. Combater todo o tipo de discriminação;
7. Promover eventos que visem à interação das famílias, utilizando os espaços comunitários, como escolas, câmaras municipais etc;
8. Vincular família, jovem e escola como tripé formador de valores e princípios;
9. Criar um órgão nacional para coordenar as políticas públicas de juventude com a participação de seus representantes, preservando a diversidade;
10. Promover a formação dos cidadãos que atuam nos Conselhos de Juventude em todo o Brasil para conscientizá-los da importância do respeito a todos os segmentos juvenis;
11. Descentralizar as políticas públicas de juventude entre os entes governamentais e não-governamentais e a sociedade em geral, incentivando-se a solidariedade local ;
12. Privilegiar programas que reforcem os laços de família, capazes de produzir relacionamentos estáveis, estruturas de apoio e uma recuperação do sentimento de “enraizamento”;
13. Fomentar a criação de Instituições preventivas bem estruturadas como a família e a escola;

14. Valorizar e construir uma cultura de paz em toda a sociedade de forma a reprovocar qualquer tipo de preconceito, educando a sociedade por todos os meios (escola, mídia etc)
15. Viabilizar políticas e programas sociais que garantam o direito às prerrogativas da juventude, especialmente, na oferta de uma escola pública de boa qualidade, na oportunidade de aprendizagem e na formação profissional e no acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, expandindo qualidades como a expressão, a criatividade e a iniciativa;
16. Promover a participação dos jovens nos fóruns de discussão;
17. Disponibilizar espaços nas redes de televisão aberta e de rádio com horários gratuitos exclusivos para o esclarecimento dos direitos dos jovens cidadãos.

2.3.2 Protagonismo e organização juvenil

DIAGNÓSTICO

O termo *protagonismo* é formado por duas raízes gregas: *proto*, que significa “o primeiro, o principal” e *agon*, que significa “luta”. *Agonistes*, por sua vez, significa “lutador”. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor.

Ser reconhecido como ator social estratégico implica a integração social, a participação, a capacitação e a transferência de poder para os jovens como indivíduos e para as organizações juvenis, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar. Significa passar das tradicionais políticas destinadas à juventude, isto é, políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para as políticas concebidas e elaboradas com a participação direta ou indireta dos jovens, por meio de estruturas jurídicas reconhecidas pelo Poder Público, como conselhos e coordenadorias da juventude, afirma Barrientos-Parra.

No Brasil, as organizações juvenis têm uma forte tradição, sejam elas culturais, estudantis, partidárias, religiosas ou esportivas. A maioria desses movimentos conta com articulações e entidades de caráter nacional, com representações nos estados, municípios e no Distrito Federal.

Estimular a participação coletiva das entidades juvenis organizadas nas decisões de governo é fundamental para a efetivação de políticas públicas em sintonia com as necessidades da maioria dos jovens.

OBJETIVOS E METAS

1. Abrir espaços aos jovens para que os mesmos possam participar da formação de políticas que concernem à juventude, estimulando-se o chamando “protagonismo juvenil”;

2. Criar centros de referência da juventude, com atividades esportivas, de lazer, culturais, com palestras que incentivem a formação política dos jovens, com acompanhamento de profissionais das diversas áreas do conhecimento que abordem temas como sexualidade, dependência química, aborto, família etc;
3. Criar instituições e órgãos de interlocução juvenil como a Ouvidoria Juvenil, a Secretaria de Políticas Públicas de Juventude, o Conselho de Juventude, o Instituto Brasileiro de Juventude, a Conferência Nacional, fóruns e consórcios ou fundos que permitirão autonomia de ação dos jovens;
4. Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude;
5. Revogar a Medida Provisória 2.208, de 17 de agosto de 2001 que *dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que específica*;
6. Permitir que a carteira de identificação estudantil possa dar direito ao transporte gratuito aos estudantes da educação básica e meio passe livre aos estudantes universitários das redes públicas e particulares, assim como para os que estiverem cursando a educação básica em entidades privadas; e meia entrada em espetáculos (cinemas, espetáculos, jogos);
7. Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas, ou seja, as autoridades públicas e especialistas em juventude devem ouvir o que os jovens têm a dizer sobre as questões nacionais;
8. Instalar *Centros Universitários de Cultura e Arte* da União Nacional dos Estudantes (UNE), em todo o território nacional;
9. Estimular a participação dos jovens na política e no ingresso nos partidos políticos;
10. Estimular espaços de articulação das organizações e movimentos juvenis (Fórum, Movimentos, Espaços de Diálogo, Rodas de Diálogo etc) para valorizar, estimular e assegurar uma maior participação dos diversos segmentos juvenis.

2.4 APOIO A CRIATIVIDADE JUVENIL

2.4.1 Estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura

DIAGNÓSTICO

Segundo a Secretária de Cultura do Estado de São Paulo, Cláudia Costin⁹, a cultura no País, de uma maneira geral, ainda não é abordada como política pública. Tratar como política pública o campo da cultura significa ter como foco o cidadão e não os produtores culturais. Ainda predomina nos governos estaduais, municipais e até no federal – e isso vem sendo mudado em vários deles -, *a visão de que as Secretarias de Cultura são balcões onde produtores culturais*

⁹ Depoimento prestado na reunião conjunta das Comissões de Cultura, Ciência e Tecnologia e Educação, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 23/10/2003, promovida por solicitação do Deputado Lobbe Neto

apresentam os seus projetos. Assim colocou a Secretaria: O que significa olhar para a cultura como uma política pública ou ordenamento da ação do Estado no campo da cultura? Significa ter como foco o cidadão, um cidadão que ao longo da sua vida tem necessidades culturais diferentes e que merecem uma atenção por parte do Estado. Isso na prática implica um olhar que vai além de uma política que valorize a linguagem artística. Ou seja, uma política voltada para a dança, teatro e artes plásticas. Concluiu: o fundamental é olhar e definir uma política cultural para a criança, para a infância, para a juventude, para a maturidade e para a terceira idade.

Muitos dos jovens brasileiros vivem na periferia dos grandes centros urbanos, sem oportunidades de emprego e educação e de perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida. Essa falta de oportunidades tem levado a que vários jovens sejam presas fáceis do narcotráfico e da criminalidade. São jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social ou até mesmo em risco de morte dada à crescente onda de violência que acometeu nos últimos anos à nossa sociedade.

Muitos desses grupos de jovens, estruturados em *gangs*, *tribos* e *galeras*, como forma de protesto e afirmação de sua identidade social em meio à sociedade que os marginaliza, picham os edifícios, estátuas e monumentos históricos existentes nos logradouros públicos de nossas cidades. Chegam até mesmo a dilapidar o patrimônio público sem reconhecer que estão prejudicando a si próprios com essa atitude.

Há hoje várias iniciativas isoladas de projetos culturais que procuram direcionar os jovens em situação de vulnerabilidade social para o trabalho na arte do grafitismo, outros que transformam os postes das cidades em obras culturais de cunho informativo. Nesse sentido é preciso ampliar estas experiências para todos os Municípios e estados brasileiros.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de cultura;
2. Garantir recursos financeiros, nos orçamentos federais, estaduais e municipais para o fomento de projetos culturais destinados aos jovens;
3. Priorizar os projetos culturais produzidos pelos jovens;
4. Trabalhar a arte como grande propulsora da criação social;
5. Garantir a concessão de meia-entrada em eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e lazer, em todo o território nacional, para todos os jovens entre quinze e vinte e nove anos;
6. Promover o acesso a políticas culturais que compreendam inclusive um programa de formação de platéia e a criação de espaços públicos para produção cultural dos jovens, criando espaços para a inclusão social de todos os segmentos juvenis nesses projetos;
7. Criar espaços para manifestação cultural e artística da juventude com estrutura para eventos, teatro, oficinas, palestras, dança, artesanato e espetáculos em geral;
8. Direcionar três por cento do Produto Interno Bruto para a cultura.

2.4.2 Desenvolvimento tecnológico e comunicação

DIAGNÓSTICO

Vivemos uma época de profunda transformação nos processos produtivos e na oferta de serviços, marcada pela utilização de novas tecnologias, pelo acesso à rede mundial de computadores, pela educação a distância, pela mecanização e informatização, substituindo o trabalho humano.

Calcula-se que não chega a 10% a parcela da população brasileira com acesso à Internet e, em sua grande maioria, as conexões são feitas via banda estreita, o que corresponde a cerca de 17 milhões de pessoas. Assim, a maioria do povo e dos jovens brasileiros encontra-se à margem das informações disponíveis e desconectadas com grande parte do País e do mundo. O Ministério das Comunicações disponibilizou 3.200 pontos de recepção para computadores, via banda larga, por antenas parabólicas alojadas em 2.800 escolas em regiões isoladas, áreas de fronteira e comunidades indígenas.

A média nacional de inclusão digital é de apenas 8,2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas comunidades em que foram implantados programas de inclusão digital, o rendimento escolar de crianças e de jovens aumentou.

Paulo Itacarambi (2004) afirma que *a inclusão digital não pode, limitar-se ao acesso ao computador. Ela precisa constituir-se como um processo consciente de apropriação de tecnologia, que torne o indivíduo autônomo, capaz de decidir criticamente a melhor maneira de utilizá-la. Educação e habilidade no uso das tecnologias asseguram o direito de se comunicar e de expressar suas idéias, de trocar e obter informações, inclusive dos poderes governamentais.*

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a inclusão digital, instalando computadores nas escolas públicas de ensino fundamental e médio e nas instituições de ensino superior, conectando-os à Rede Mundial de Computadores;
2. Fomentar o desenvolvimento de uma cultura científica, nas escolas, mediante a reformulação do ensino das ciências na educação básica;
3. Descontingeciar as verbas previstas no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para o fornecimento de computadores em todas as escolas de ensino fundamental e médio;
4. Instalar laboratórios de informática nos centros comunitários;
5. Aproveitar a capilaridade dos centros comunitários para a integração digital dos jovens de todas as Regiões do País;
6. Criar um portal com informações relacionadas com o conteúdo curricular das disciplinas do ensino básico e da educação superior que servirão como referência de pesquisa para os jovens e seus professores;
7. Apoiar as iniciativas que utilizam softwares livres;
8. Disponibilizar horários para a juventude nos programas de rádio e televisão;

9. Exigir que a mídia como instrumento de informação e formação de pensamento, exerça uma função cidadã, contribuindo para a construção de valores éticos e morais, provocando a abertura de diálogo entre pais e filhos;
10. Criar, apoiar, legalizar e instalar as rádios comunitárias e rádios livres nas escolas públicas;
11. Implementar uma política de ciência e tecnologia articulada com um projeto nacional de desenvolvimento e que valorize o jovem cientista por meio da concessão de bolsas de iniciação científica no ensino médio, superior e pós-graduação.

2.5 EQÜIDADE DE OPORTUNIDADES PARA JOVENS EM CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO

Em uma população de quase 170 milhões de habitantes¹⁰, a população jovem (entre 15 e 29 anos) constitui quase 30% do total.

No total de brasileiros, a população rural constitui 16,05% do total; o percentual de pessoas do sexo feminino é de 50,79%; a de negros e pardos (ou afrodescendentes) soma 44,66% do total; a população indígena, 0,43% do total; a de pessoas portadoras de deficiência, 14,5% do total¹¹. Entre as pessoas portadoras de deficiências (PPDs), a grande maioria encontra-se entre 15 e 24 anos, perfazendo 9,64% do total da população. O número de homossexuais no Brasil não foi objeto de pesquisa no Censo 2000, mas esse grupo pode ser estimado em 10% da população, segundo informou o representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) na referida audiência pública.

A situação de exclusão social dos jovens pode ser dimensionada também pelo alto grau de prática de atos infracionais verificada entre eles. Dos 21,2 milhões de adolescentes entre doze e dezoito anos, “cerca de 30,7 mil cumprem medidas socioeducativas por terem cometido delitos. Cerca de 10 mil encontram-se internados em instituições penais para menores de idade (Jornal do Brasil, 13/07/2002, p. A2. Reportagem Luciana Navarro). Técnicos do Ministério da Justiça estimam que os presos entre dezoito e vinte e cinco anos são cerca de 60% da população carcerária no Brasil. Assim, somados os adolescentes internados em instituições de correção ou submetidos a outras punições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o contingente de jovens infratores no País chega a 143 mil pessoas (Jornal “O Globo”, 02/09/2001).”¹²

Esses dados, somados aos índices de morte por causas externas, oferecem uma amostra de que o quadro da exclusão no Brasil está muito presente em uma faixa etária, a jovem.

Mas essa exclusão é de natureza multidimensional. Jovens afrodescendentes, mulheres, índios, portadores de deficiência, homossexuais e jovens rurais têm, no seio de uma juventude, já tão sem perspectivas, uma condição ainda mais grave. Segundo estudo de Dayrell e

¹⁰ A população brasileira levantada pelo Censo 2000 é de 169.872.856.

¹¹ Segundo a obra citada acima, este percentual de Pessoas Portadoras de Deficiência na população brasileira representa o número de portadoras de alguma deficiência, incluindo “pessoas com alguma, grande ou incapacidade de ouvir, andar ou enxergar, bem como o universo de pessoas com limitações mentais ou físicas”. P. 14.

¹² In DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo César R. “Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo”. P. 7.

Carrano, o Brasil tem “nove milhões de jovens que sobrevivem em situação de extrema pobreza, abaixo da linha de R\$ 61 *per capita*”.¹³ Contudo, não só a pobreza caracteriza exclusão. Essa é gestada nas esferas do econômico, do político e do social, mas tem seus desdobramentos específicos na cultura, na educação, no trabalho, nas políticas sociais, na etnia.

2.5.1 Jovem índio e jovem afrodescendente

DIAGNÓSTICO

Os **índios** enfrentam toda sorte de dificuldades, passando pela fome, por falta de acesso aos serviços de saúde, pela falta de perspectivas que leva a um alto índice de suicídios e alcoolismo entre indígenas, pela carência de condições de ensino, pelo desrespeito à sua cultura, e, fundamentalmente pelo preconceito.

O Censo Demográfico/2000, do IBGE somou na faixa de quinze a vinte e nove anos, uma população de 202.579 jovens índios, sendo que destes 52% encontram-se na zona urbana. Na população juvenil, os homens são 101.401 e as mulheres, 101.177.

O I Seminário de Políticas de Ensino Médio para os Povos Indígenas, realizado entre os dias 20 e 22 de outubro de 2003, em Brasília, com representantes de 22 etnias, de organizações indígenas e indigenistas, universidades, secretarias estaduais de Educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) concluiu pela criação de escolas de ensino médio que atuem como instituições formadoras de opinião e promotoras de pesquisa. O ensino deve ser bilíngüe e intercultural, com um currículo que fortaleça as identidades étnicas, respeitando os valores culturais, políticos e ideológicos, o interesse e as expectativas da cada povo.

Nesse quadro, deve ser destacada a situação dos **afrodescendentes** na sociedade brasileira: os negros e pardos representam quase 45% da população brasileira. Seus indicadores sociais são testemunho do racismo. Um negro de vinte e cinco anos tem, em média, seis anos de escolaridade e um branco, da mesma idade, oito. Os negros do Brasil constituem 63,5% dos pobres e 68,6% dos indigentes; setenta dos 10% mais pobres e só quinze dos 10% mais ricos; e 51,1% dos analfabetos com mais de vinte e cinco anos.¹⁴ Esses dados são um claro sinal de que as políticas públicas, supostamente universais, não têm conseguido atingir seus objetivos.

OBJETIVOS E METAS

1. Assegurar o direito dos jovens índios quanto à educação e à preservação de sua cultura;
2. Garantir a autonomia das escolas indígenas;
3. Incentivar programas de intercâmbio entre as diferentes culturas;
4. Implantar e cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena;

¹³ DAYRELL e CARRANO, Op. Cit. P. 9.

¹⁴ Citado por NEGREIROS, Gilberto. “Os Jovens no Brasil: que esperança eles levam na mochila?” In Rumos, julho de 2002, p. 29, com base em estudo realizado pelo IPEA: “Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 80”.

5. Realizar concurso público diferenciado para professores das escolas indígenas;
6. Criar centros de referência e apoio ao estudante indígena;
7. Incentivar formas associativas de trabalhos artesanais indígenas;
8. Oferecer cursos profissionalizantes que permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades, em áreas de saúde e meio ambiente;
9. Estabelecer sistemas de acesso aos índios e afrodescendentes à universidade e ao serviço público;
10. Resgatar, valorizar e reconhecer a religião afrobrasileira;
11. Incentivar eventos musicais que resgatem a cultura de resistência afrodescendente;
12. Estimular as empresas públicas e privadas para que adotem medidas de promoção da igualdade racial, observando o critério da diversidade racial e cultural.

2.5.2 Jovem rural

DIAGNÓSTICO

A concentração de terra e de renda, a supervalorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, aliados a ausência de políticas públicas específicas para o homem do campo, e em especial para o jovem rural tem diminuído, cada vez mais, as perspectivas de vida e trabalho para o camponês, desencadeando o êxodo rural que ameaça a continuidade da agricultura familiar.

Faz-se necessário registrar que 70% da alimentação do País é produzida pela Agricultura Familiar com apenas 21% da área agricultável, entretanto 10% dos jovens rurais são analfabetos e 80% da juventude do campo para ter acesso à educação precisa deslocar-se para os centros urbanos.

Há necessidade de maior investimento no campo, de reconhecimento da importância do trabalho agrário e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Segundo dados divulgados pela Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI), cerca de 20,82% da população brasileira de doze a dezoito anos estão no campo (são mais de cinco milhões de pessoas nessa faixa etária). Em comparação com os jovens urbanos de dezoito anos, os que vivem na área rural têm um nível de escolaridade 50% menor. A incidência de trabalho infantil é enorme nesse segmento social: no campo, a população entre dez e quatorze anos representa 16,3% dos que trabalham. E, das “pessoas que trabalham nas cidades, 26,1% têm, em média, quinze anos, enquanto no campo, essa porcentagem chega a 34,2%”¹⁵. Na zona rural, o poder público se responsabiliza apenas pelo ensino de 1ª. à 4ª. série, o que deixa os jovens sem acesso à educação desde muito cedo.

O Censo Demográfico/2000, do IBGE, confirmou que somente 18% dos jovens, na faixa de quinze a vinte e nove anos estão na zona rural.

¹⁵ www.andi.org.br

OBJETIVOS E METAS

1. Disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural;
2. Garantir ao jovem agricultor o direito à terra;
3. Garantir financiamento para produção agrícola;
4. Investir em infra-estrutura e tecnologia nas escolas rurais, com o intuito de diminuir o êxodo rural;
5. Oferecer linha de crédito especial, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para o trabalhador rural de até quarenta anos de idade;
6. Propiciar o acesso aos cursos de educação à distância;
7. Implantar programas de estímulo a agroecologia e a produção orgânica;
8. Valorizar a agricultura familiar, tendo em vista, que esse é o principal agente gerador de alimentos, de emprego e de renda no campo;
9. Buscar capacitar a juventude rural em organização da produção;
10. Realizar cursos para produção e comercialização destinados aos jovens;
11. Garantir, no cadastro dos programas de reforma agrária, o acesso de pessoas solteiras, dando preferência para os filhos de agricultores;
12. Retirar o critério de cinco anos de experiência para o acesso a programas de uso e exploração da terra;
13. Compatibilizar os tetos de financiamento dos programas de acesso à terra às diversidades de custo da terra nas diferentes regiões;
14. Garantir o benefício do seguro-desemprego para jovens nas entressafras;
15. Criar Escolas Familiares Rurais e Casas de Famílias Rurais (CEFAS) nas áreas dos assentamentos e de suas comunidades;
16. Construir escolas técnicas agrícolas, para a juventude, nas zonas rurais;
17. Implantar projetos agrícolas, principalmente a fruticultura, no meio agropecuário e nas regiões subdesenvolvidas.

2.5.3 *Jovem portador de deficiência*

DIAGNÓSTICO

As **pessoas portadoras de deficiência**, seja auditiva, visual, motora ou mental, são um retrato da dificuldade da sociedade brasileira em traduzir leis em exercício pleno de direitos. São cerca de vinte e quatro milhões de cidadãos esperando por políticas públicas capazes de resgatá-los da pobreza e do abandono.

O Censo Demográfico/2000, do IBGE, computou 3.605.183 jovens com, pelo menos, uma deficiência investigada. Destes 55% são mulheres. Como diz um representante desse grupo, a inclusão social que almejam “vai muito além da rampa”: “é deslocando-se que o homem é

verdadeiramente homem e pode viver conforme sua natureza, mas somos impedidos de perambular por aí como qualquer um. Sem essa possibilidade, somos alijados do convívio social e impedidos de desenvolver nossas potencialidades. Compelidos a viver em situação de subserviência na relação com os demais seres humanos, muitas vezes não encontramos forças para superar os obstáculos que se apresentam e ficamos à margem da sociedade, dependendo da sua benemerência”.¹⁶

As escolas públicas, de forma geral, estão despreparadas tanto para concretizar a educação inclusiva e receber os portadores de deficiência em turmas regulares, como para acolher os que não prescindem de classes especializadas.

OBJETIVOS E METAS

1. Promover cursos de educação profissional de nível básico em espaços públicos e privados, respeitando a inclusão de trinta por cento jovens portadores de deficiência;
2. Construir redes de informação para integrar os jovens portadores de deficiência para participarem das discussões e construção das políticas públicas;
3. Garantir a aplicação do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que *obriga as empresas com mais de 100 empregados a preencher dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitado sou pessoas portadoras de deficiências, habilitadas;*
4. Garantir renda aos jovens portadores de deficiência;
5. Disponibilizar assistência médica especializada para promoção do desenvolvimento de suas capacidades;
6. Conceder passe-livre nos transportes públicos;
7. Garantir a acessibilidade aos prédios e locais públicos;
8. Garantir a presença de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na mídia televisiva, com a apresentação de legendas;
9. Criar programas de apoio à família dos jovens portadores de deficiência, especialmente aos que cumprem a tarefa de ajudá-los a deslocar-se para cursos, tratamento e trabalho, que dependem tempo e recursos, muitas vezes inexistentes.

2.5.4 Jovem homossexual

DIAGNÓSTICO

A inserção do jovem homossexual nesta quinta temática que trata de *equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão tem o objetivo de registrar a atual situação ainda discriminatória em relação à orientação sexual de um dos grupos juvenis.*

A violência contra minorias sexuais compromete os princípios de cidadania e segundo o relato de Luiz Mott, em *Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e*

¹⁶ BECK, Paulo. “Muito além da rampa”. Brasília, Mimeo. 2003

travestis no Brasil, a cada três dias, pelo menos um gay, travesti ou lésbica é brutalmente assassinado no País. Além das inúmeras formas de violência contra indivíduos homossexuais no Brasil, ainda ocorrem os insultos verbais, a discriminação nas escolas, onde ocorre a expulsão de alunos quando se evidencia a sua homossexualidade. Trabalhadores perdem seus empregos por assumirem publicamente sua orientação sexual.

É preciso conscientizar a sociedade de que a Constituição Federal garante o direito de todos à dignidade e ao respeito de sua integridade física, moral e psicológica.

Em cada período histórico e em cada cultura cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade.

OBJETIVOS E METAS

1. Prover apoio psicológico, médico e social ao jovem em virtude de sua orientação sexual e à sua família em centros de apoio;
2. Respeitar as diferentes formas de orientação sexual e o seu direito à livre expressão;
3. Combater a discriminação no emprego em virtude da orientação sexual;
4. Combater comportamentos discriminatórios e intolerantes em relação à sexualidade dos jovens;
5. Incluir, nos censos demográficos e pesquisas oficiais, dados relativos à orientação sexual;
6. Criar delegacias especializadas em crimes contra homossexuais;
7. Desenvolver, a partir dos livros didáticos, a consciência dos jovens acerca da diversidade sexual.

2.5.5 Jovem mulher

DIAGNÓSTICO

Em relação às **mulheres**, o quadro de desigualdade historicamente gestada aparece na dupla jornada de trabalho, na violência de que são vítimas, no assédio sexual, na exploração sexual e no estupro. Elas são minoria nas esferas de poder, tanto no espaço público quanto no privado. As diferenças salariais são uma amostra da situação feminina: em 1990, os maiores salários eram do homem branco, “em relação ao qual a mulher branca ganhava em média 55,3%; o homem negro 48,7% e a mulher negra ou parda 27%”.¹⁷ Ou seja, tanto entre brancos quanto entre negros a mulher está em franca desigualdade no mercado de trabalho.

OBJETIVOS E METAS

37. Criar um grupo de trabalho para discutir a garantia de conscientização da questão de gênero;

¹⁷ FISHER, Izaura Rufino e MARQUES, Fernanda. “Gênero e exclusão social”, p. 5. Fundação Joaquim Nabuco, trabalhos para discussão no. 113/2001. Agosto de 2001. www.fundaj.gov.br

38. Fortalecer os conselhos municipais da mulher, criá-los nos municípios onde ainda não foram constituídos, tendo sempre, no mínimo, uma representante jovem mulher;
39. Promover ações que assegurem o princípio da igualdade de remuneração para a mão-de-obra feminina e masculina por trabalho de igual valor;
40. Garantir apoio médico, psicológico, social e econômico às jovens em virtude de gravidez indesejada;
41. Promover ações destinadas a aumentar a proporção de mulheres nos papéis e nos cargos de liderança nas comunidades e nas instituições;
42. Estimular programas e projetos que objetivem conscientizar as mulheres na identificação de suas necessidades especiais;
43. Promover o acesso e o controle das mulheres sobre a renda e os métodos de produção de bens e serviços, respectivamente.

3. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

A importância do Plano Nacional de Juventude exige que os diferentes grupos representativos dos jovens como as representações partidárias e estudantis, os conselhos representativos dos Municípios, Estados e Distrito Federal reúnam-se com seus representantes nacionais e participem da avaliação, de dois em dois anos, dos objetivos e metas propostas.

Será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos Planos Municipais, também coerentes com o plano do respectivo Estado. Onde já existirem planos aprovados e em execução, recomenda-se adequá-los ao novo texto legal.

As representações institucionais sejam de uma secretária especial ou de um ministério específico, e as demais entidades representativas da juventude deverão reunir-se, para em conjunto, avaliarem o desempenho, a aplicabilidade, a gestão, e a própria segmentação do Plano Nacional de Juventude.

Os Institutos de Pesquisa, tanto as fundações e instituições públicas quanto as privadas, deverão atualizar e enriquecer, sistematicamente, os diagnósticos de cada segmento do Plano.

As metas e objetivos deverão ser adequadas às alterações do processo de transformação permanente da juventude.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO



Ofício nº 111/06-CEP

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2006.

Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa, Registro CEP: 05/02840, intitulado: "Significados atribuídos ao protagonismo juvenil no contexto da educação formal".

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parcial e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em 20/07/2006.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Caio Coelho Marques
COORDENADOR EM EXERCÍCIO

Ilmo(a) Sr(a)
Mest Zuleika Köhler Gonzalez Zandonai
N/Universidade